Tomás de Aquino

e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral

André Ricardo Randazzo Gomes

Ano 2024

Tomás de Aquino

e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral

André Ricardo Randazzo Gomes

Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Tomás de Aquino e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: André Ricardo Randazzo Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633 Gomes, André Ricardo Randazzo
Tomás de Aquino e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral / André Ricardo Randazzo Gomes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2867-1
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.671242908

1. Tomás, de Aquino, Santo. 2. Filosofia ocidental medieval. I. Gomes, André Ricardo Randazzo. II. Título.
CDD 189.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

Neste livro, eu procuro estudar o que Tomás de Aquino quer dizer ao afirmar que a filosofia moral, ou a *Ética a Nicômaco*, é uma ciência prática. Para fazer isso, creio ser necessário estudar não só os textos pertinentes de Tomás de Aquino, que serão examinados no primeiro capítulo, mas também os textos pertinentes de três de seus seguidores, que serão examinados nessa ordem: ainda no primeiro capítulo, os de João de Santo Tomás; no segundo, os de Juan Sánchez Sedeño; e no terceiro, os de Jacques Maritain. Os três capítulos são baseados em três artigos já publicados que foram escritos por mim: João de Santo Tomás e o caráter prático da filosofia moral, *Revista Paranaense de Filosofia*, v. 2, n. 2, 2022, pp. 148-171; Exame da tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral, *Thaumazein*, v. 12, n. 24, 2019, pp. 45-57; Jacques Maritain e o Comentário de Tomás de Aquino à Ética a Nicômaco, *Seara Filosófica*, n. 23, 2022, pp. 123-144. Espero que este estudo seja útil aos que desejam entender melhor Tomás de Aquino e alguns de seus intérpretes.

André Ricardo Randazzo Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

JOÃO DE SANTO TOMÁS E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

André Ricardo Randazzo Gomes

https://doi.org/10.22533/at.ed.6712429081

CAPÍTULO 2 19

JUAN SÁNCHEZ SEDEÑO E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

André Ricardo Randazzo Gomes

https://doi.org/10.22533/at.ed.6712429082

CAPÍTULO 3 32

JACQUES MARITAIN E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

André Ricardo Randazzo Gomes

https://doi.org/10.22533/at.ed.6712429083

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 49

SOBRE O AUTOR 50

CAPÍTULO 1

JOÃO DE SANTO TOMÁS E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

Data de aceite: 01/08/2024

André Ricardo Randazzo Gomes

INTRODUÇÃO

João de Santo Tomás, ou João Poinsot (1589-1644), foi um filósofo e teólogo português, membro da Ordem Dominicana, conhecido como um dos mais respeitados seguidores de Tomás de Aquino (1225-1274). Ele lecionou na Espanha e suas maiores obras foram o *Cursus Philosophicus Thomisticus* e o *Cursus Theologicus*. O *Cursus Philosophicus Thomisticus* é dividido em duas partes, (1) a *Arte Lógica* e (2) a *Filosofia Natural*. A *Arte Lógica* é dividida em duas partes, (1) as *Súmulas* e (2) a parte que ficou conhecida como *Lógica Material*. Nesta segunda parte da *Arte Lógica*, há duas ocasiões em que João argumenta que a filosofia moral pode ser considerada como uma ciência especulativa[1]. Essa tese pode parecer um pouco estranha, pois Tomás de Aquino sempre argumentou que a filosofia moral, entendida principalmente como a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, é uma ciência prática. Neste capítulo, irei expor, em uma primeira seção, as duas ocasiões em que João de Santo Tomás apresenta aquela tese. No entanto, pretendo também tratar de três questões: (1) João foi o único a defender essa tese? (2) Como Jacques Maritain e Leopoldo Eulogio Palacios incorporaram a tese de João de Santo Tomás às suas respectivas teses sobre os "graus do saber"? (3) E como se deve entender a posição de Tomás de Aquino?

A primeira questão já foi tratada por Leopoldo Eulogio Palacios (1912-1981). Em um artigo intitulado *Juan de Santo Tomás y la ciencia moral*[2], Palacios mostra que existiu um outro filósofo dominicano espanhol, chamado Juan Sánchez Sedeño

1 Ver JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Sobre la naturaleza de la* lógica. Introducción de Mauricio Beuchot, traducción de Gabriel Ferrer. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994; e JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Teoría aristotélica de la ciencia*. Introducción y traducción de Mauricio Beuchot. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

2 PALACIOS, Leopoldo Eulogio. Juan de Santo Tomás y la ciencia moral. *Revista de Estudios Políticos*, 18, 1944, pp. 557-570.

(1552-1615), que nasceu algumas décadas antes de João de Santo Tomás e que, em uma obra intitulada *Aristotelis Logica Magna*, explicou em grande detalhe como a filosofia moral é uma ciência especulativa. Assim, Palacios concluiu que é provável que a tese de João de Santo Tomás tenha se baseado na tese de Juan Sánchez Sedeño. Em todo caso, irei apresentar, na segunda seção, ainda que de modo esquemático, como Juan Sánchez Sedeño desenvolve a sua tese.

Jacques Maritain (1882-1973) foi um dos mais conhecidos seguidores de Tomás de Aquino do século 20. Ele influenciou muitos outros estudiosos de Tomás de Aquino. Entre os estudiosos do pensamento de Maritain, sabe-se que ele tinha uma grande estima por João de Santo Tomás e foi inspirado por várias de suas ideias. Uma das ideias de João que inspiraram Maritain foi precisamente a ideia da filosofia moral como ciência especulativa. No entanto, partindo dessa ideia, Maritain criou o conceito de filosofia moral especulativamente prática, que seria um dos "graus do saber". Palacios estudou também o pensamento de Maritain e emitiu a sua conclusão sobre a relação entre a filosofia moral e os graus do saber. Portanto, na terceira seção deste capítulo, apresentarei a tese de Maritain sobre a filosofia moral e os graus do saber, fazendo uma leitura bem próxima dos textos pertinentes da obra *Distinguir para unir ou os graus do saber*[3], e mostrarei também a conclusão de Palacios, tal como é expressa na obra *Filosofía del saber*[4].

Entretanto, procurarei também esclarecer como o caráter prático da filosofia moral é entendido por Tomás de Aquino. Assim, na quarta seção, farei uma leitura bem próxima das passagens mais decisivas de Tomás de Aquino sobre esse assunto. Tais passagens encontram-se principalmente no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*[5] e no *Comentário à Ética a Nicômaco*[6]. E então, na conclusão deste capítulo, apresentarei a minha concepção sobre como a posição de João de Santo Tomás e a posição de Jacques Maritain constituem dois modelos de interpretação diferentes entre si, e como a posição de Tomás de Aquino deve ser entendida em relação a eles.

1 JOÃO DE SANTO TOMÁS SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na *Arte Lógica*, Segunda Parte, questão 1, artigo 4, pergunta-se se a lógica é uma ciência especulativa ou prática. João de Santo Tomás começa dizendo que deve-se esclarecer qual é a diferença entre o especulativo e o prático. A diferença comum entre o especulativo e o prático é que o especulativo considera a verdade apenas em vista do conhecimento, e o prático considera a verdade em vista da execução da obra. João diz que

3 MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.
4 PALACIOS, Leopoldo Eulogio. *Filosofía del saber*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.
5 TOMÁS DE AQUINO. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*. Tradução e introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
6 TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Translated by C. I. Litzinger, foreword by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1993.

isso é visto nas seguintes passagens de Tomás de Aquino: *Comentário ao Da Alma*, livro 3, lição 15; *Comentário à Metafísica*, livro 2, lição 2; *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16, e q. 79, a. 11. João faz alguma elaboração sobre esse assunto. E então diz que a dificuldade a respeito da lógica se reduz à seguinte questão: se a lógica procede por princípios formais que consideram a verdade de modo puramente resolutivo, ordenando-se apenas ao saber, ou se a lógica procede de modo compositivo, ordenando-se também a produzir uma obra fora do próprio saber.

João relata que, sobre essa questão, os autores se dividem em três opiniões. Na primeira opinião, autores como Fonseca e os Conimbricenses argumentam que a lógica é simplesmente prática, porque ela considera as coisas, ordenando-se à obra, que é a reta construção do silogismo. Na segunda opinião, autores como os tomistas Soto e Sánchez sustentam que a lógica é simplesmente especulativa, pois nenhum ato do intelecto pode ser prático, ou então porque tal ato não é prático quando considera puramente o objeto sob a razão de cognoscível. E, na terceira opinião, autores como Vázquez, Cabero e Martínez sustentam que a lógica é simultaneamente prática e especulativa.

Feito isso, João estabelece duas teses ou afirmações. A primeira tese afirma: na ordem natural, nenhuma ciência pode ser simultaneamente prática e especulativa; logo, nem a lógica o é. Citando uma passagem de Tomás de Aquino (*Suma de Teologia*, I, q. 1, a. 4), João diz que o prático e o especulativo, nas ciências filosóficas, constituem ciências essencialmente distintas. Os princípios especulativos procedem de modo resolutivo e tendem apenas a manifestar a verdade, ao passo que os princípios práticos aplicam a verdade à obra, procedendo de modo compositivo. Os princípios especulativos e os práticos são opostos entre si, e por isso não podem unir-se para constituir uma terceira espécie de ciência, exceto no caso superior da teologia sagrada e de outros hábitos sobrenaturais.

A segunda tese afirma: pelos seus princípios, a lógica é essencialmente especulativa, mas adquire certo modo prático, na medida em que dá regras e direção à própria especulação. O fim visado pela lógica é apenas conhecer; os princípios usados pela lógica são simplesmente especulativos; e a matéria sobre a qual a lógica versa são objetos considerados como conhecidos e não como operáveis. Porém, pode-se também chamar de prático o ato do intelecto que é especulação e tende à verdade.

Na parte final do artigo supracitado, João trata de três objeções ou dificuldades que vão em sentido contrário à sua argumentação. A terceira objeção afirma o seguinte: a ciência moral é prática; logo, a lógica também o é. A ciência moral é prática, porque alguma ciência tem de ser prática, e a ciência moral procede por princípios práticos, movendo e não resolvendo. E toda ciência que ensina regras para dirigir os nossos atos é prática; mas a ciência moral ensina regras para dirigir os atos da vontade, e a lógica ensina regras para dirigir os atos da razão; logo, a ciência moral e a lógica são práticas. Ademais, a arte e a prudência são práticas; logo, a lógica, que é uma arte liberal, também é prática.

Em resposta a essa objeção, João argumenta o seguinte: a ciência moral pode ser considerada de dois modos. De um modo, inclui a prudência, e por isso é prática. De outro modo, exclui a prudência, e por isso é especulativa, e versa apenas sobre o conhecimento das virtudes. A ciência moral prática usa princípios práticos e procede de modo prático. As obras da vontade, como são livres, são capazes de direção real e moção moral, pelos atos da escolha e do comando, que pertencem à prudência. Deste modo, vê-se a diferença entre a lógica, que é especulativa, e a ciência moral, que neste sentido é prática. Porém, a ciência moral especulativa trata somente da matéria das virtudes, definindo e dividindo. Não usa princípios práticos, nem modo prático, mas princípios especulativos e modo especulativo, na medida em que conhece a natureza das virtudes e da prudência sob a razão do verdadeiro, como se vê na *Prima Secundae* da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino e nos livros éticos. Por isso, pode dar-se que alguém tenha a ciência moral especulativa, mas não tenha a prudência. Não há inconveniente em não existir ciência prática, pois toda ciência procede resolvendo e definindo, e a prática procede movendo e compondo[7].

Na *Arte Lógica*, Segunda Parte, questão 27, artigo 1, pergunta-se de onde se toma a unidade ou diversidade específica das ciências na razão do cognoscível. João começa por estabelecer que há três coisas que devem ser tomadas como certas. Primeiro, trata-se aqui das ciências especulativas, e não das ciências práticas, e as ciências especulativas têm por fim a consideração da verdade, isto é, consideram a verdade enquanto ela é cognoscível. Portanto, o que se deve esclarecer é como se atribui a espécie de diversa cognoscibilidade. Cada coisa é cognoscível enquanto é imaterial, e do diverso modo de imaterialidade resulta a razão diversa de cognoscibilidade. Em segundo lugar, as ciências tomam do objeto a sua espécie, e a unidade ou a distinção do hábito deve se adequar à unidade ou distinção do objeto enquanto objeto. Em terceiro lugar, a especificação das ciências não é tomada da unidade ou distinção do objeto enquanto coisa considerada materialmente e entitativamente, mas sim do objeto considerado como objeto. Assim, a dificuldade consiste em esclarecer qual é a razão formal que constitui especificamente o objeto na razão de objeto e faz com que se distinga de outro objeto específico.

7 *Arte Lógica*, Segunda Parte, q. 1, a. 4, ad 3: "De dos modos puede considerarse la ciencia moral. De un modo, como que incluye también la prudencia; de otro modo, como que la excluye, y, especulando, versa solamente sobre el conocimiento de las virtudes. Del primer modo, tiene la razón de lo práctico por parte de la prudencia, que incluye; y usa este principio práctico: "Ha de hacerse el bien" de modo práctico. Se da entonces disparidad entre ella y la lógica. La prudencia dirige las obras de la voluntad por la elección y el imperio. Por ser libres y no tender naturalmente al objeto, las obras de la voluntad son en sí capaces de dirección real y de moción moral. La lógica, en cambio, como se dijo, versa sobre los objetos conocidos por principios especulativos y procede sólo por moción resolutiva sin introducir ninguna ordenación real en el concepto, que el concepto tiende al objeto por semejanza natural y no artificiosa. Si la ciencia moral excluye y trata sólo de la materia de las virtudes definiendo, dividiendo, etc., es especulativa, como acaece en teología, en Prima Secundae. No usa principios prácticos o modo práctico, esto es, como que mueven e inclinan afectivamente sino precisamente especulativos en cuanto que conocen la naturaleza de las virtudes y de la prudencia en la razón de lo verdadero, como puede verse en los éticos y en toda la *Prima Secundae*. Bien puede darse que alguien sea insigne ético y teólogo, y pecador imprudente. No es tampoco inconveniente ninguno que no se dé ciencia práctica, si es ciencia verdadera y propiamente: la ciencia procede resolviendo y definiendo, y la práctica moviendo y componiendo."

Há muitas opiniões dos doutores sobre essa questão, e João as reduz a três principais. A primeira opinião, da qual Suárez parece ser defensor, afirma que a unidade em cada conclusão é uma unidade parcial distinta, e elas se unem em uma ciência por causa da unidade principal do sujeito, do qual dependem como do mais principal. A segunda opinião toma a unidade ou diversidade das ciências da unidade ou diversidade do meio, enquanto ele torna cognoscíveis de diverso modo as conclusões. E a terceira opinião, que é comum na escola de Tomás de Aquino, toma a unidade ou diversidade das ciências do diverso modo de abstrair da matéria, no sentido da imaterialidade do objeto.

Feito isso, João estabelece três teses ou afirmações. A primeira tese afirma: a unidade ou distinção da ciência não é tomada da mera unidade do sujeito principal, enquanto contém ou causa as verdades dessa ciência, ou enquanto todas essas verdades se ordenam a tal sujeito, como diz a primeira opinião. A segunda tese, que é comum entre os tomistas, afirma: a unidade e distinção das ciências no ser de cognoscível é tomada da diversa imaterialidade e abstração, enquanto se encontra nos princípios ou meios da demonstração e a partir daí passa a iluminar de diverso modo as conclusões. E a terceira tese afirma: a espécie indivisível das ciências não é tomada da diversidade material dos objetos no ser de coisas, mas do diverso grau de imaterialidade que se adquire por abstração, e nas ciências de ordem sobrenatural do diverso acesso ou participação da ciência divina mesma.

Na parte final do artigo, João trata de três objeções ou dificuldades que vão em sentido contrário à sua argumentação. A primeira objeção afirma o seguinte: não é da abstração que se toma a unidade ou diversidade de uma ciência; por exemplo, a ciência moral e a lógica não tomam da abstração a sua especificação.

Em resposta a essa objeção, João argumenta o seguinte: a lógica toma a sua unidade da abstração que tem, ou seja, uma abstração negativa. A ciência moral, se for considerada como prática, é idêntica à prudência, e assim pertence aos hábitos práticos, dos quais não tratamos aqui. Entretanto, se for considerada como especulativa, como a ciência ética, que trata da natureza das virtudes, assim pertence à filosofia natural e é uma de suas partes, pois, como trata da alma intelectiva, deve tratar consequentemente de seus atos morais[8].

8 *Arte Lógica*, Segunda Parte, q. 27, a. 1, ad 1: “Luego al primer ejemplo se dice que la ciencia racional, que es la lógica, toma su unidad de la abstracción que tiene [...] Pero la ciencia moral, si se toma prácticamente, es lo mismo que la prudencia, y así no pertenece a los hábitos especulativos, sino a los prácticos, de los cuales no tratamos al presente. Pero si se toma especulativamente por la ciencia ética, que trata de la naturaleza de las virtudes, así pertenece a la filosofía y es parte suya, porque, ya que trata del alma intelectiva, consiguientemente debe tratar de sus actos morales.”

2 JUAN SÁNCHEZ SEDEÑO SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na obra de Juan Sánchez Sedeño intitulada *Aristotelis Logica Magna*, livro 1, questão 14, pergunta-se: as ciências morais são práticas ou especulativas? Apresentarei apenas um resumo deste texto, que será examinado de modo mais completo no próximo capítulo.

Sánchez inicia sua argumentação apresentando seis argumentos em favor da tese de que a filosofia moral é uma ciência prática.

Primeiro argumento. A ciência moral é prática, porque ela não é nenhuma das três ciências especulativas mencionadas na *Metafísica* (l. 6) e nem tem um modo de abstração.

Segundo argumento. A ciência moral é prática, porque tem princípios práticos e conclusões práticas.

Terceiro argumento. Só a ciência moral é ciência prática, pois ela não é especulativa e nem uma arte.

Quarto argumento. A ciência moral é prática, porque ensina a operar.

Quinto argumento. A ciência moral é prática, porque, na *Suma de Teologia* (I, q. 1, a. 4), Tomás de Aquino afirma isso.

Sexto argumento. A ciência moral é prática, porque não tem por fim o conhecimento, mas a ação. Ademais, ela procede de modo compositivo. Ademais, a política, que é uma parte da ciência moral, é a mais nobre entre as ciências práticas. Ademais, as ciências morais são ciências ativas, que se contradistinguem das ciências especulativas.

Agora, Sánchez passa a apresentar a sua “decisão da questão”, em duas conclusões.

Primeira conclusão. A filosofia moral é especulativa e não prática, pois procede de modo especulativo, isto é, de modo resolutivo e demonstrativo.

Se a ciência moral fosse uma ciência prática, o ato de virtude deveria necessariamente ser produzido por ela, pois, se ela não é a operadora do ato ao qual se ordena, então não é uma ciência prática. A ciência moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a produz. E a ciência moral é em vista da operação desde fora.

A respeito da divisão da filosofia em natural, ética e racional, deve-se entender que a filosofia inteira pertence ao hábito especulativo, pois a divisão do hábito em especulativo e prático é anterior à divisão da filosofia em natural, ética e racional. Portanto, a ciência moral é especulativa.

Segunda conclusão. A operação da virtude é um efeito por acidente da filosofia moral, e não o seu fim intrínseco. O fim intrínseco da filosofia moral é a consideração da verdade. No entanto, a operação da virtude tem uma proximidade maior com a filosofia moral do que com as outras ciências especulativas.

Na parte final, Sánchez apresenta as suas soluções aos seis argumentos iniciais.

Resposta ao primeiro. A ciência moral se reduz à ciência física e abstrai da matéria sensível singular.

Resposta ao segundo. Os princípios da filosofia moral são especulativos, assim como suas conclusões.

Resposta ao terceiro. O que se divide em especulativo e prático não é a ciência, mas o hábito.

Resposta ao quarto. A filosofia moral é demonstrativa.

Resposta ao quinto. Na passagem citada da *Suma de Teologia*, Tomás de Aquino nem afirmou, nem negou que as ciências morais são práticas.

Resposta ao sexto. A operação é o fim por acidente ou secundário da filosofia moral, e o conhecimento é o fim intrínseco. A prudência é ordenada à operação e procede de modo compositivo. A prudência pode ser chamada de ciência moral. A política é a prudência política. As ciências ativas são as espécies de prudência.

3 JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Na obra *Distinguir para unir ou os graus do saber*, que muitos estudiosos consideram como a maior obra de Jacques Maritain, o autor trata, entre outras coisas, dos graus do saber prático. Na ciência especulativamente prática, a mente busca conhecer não para conhecer, mas para agir; ela busca adquirir, a respeito de um objeto prático (um ato a ser feito), uma ciência que procede de maneira prática quanto às suas finalidades e às condições do objeto, mas que permanece no modo especulativo ou explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental, e considera o universo da ação e os valores operativos desde o ponto de vista de suas razões de ser e das estruturas inteligíveis imanentes neste universo. Isso é o que Aristóteles chamou de filosofia prática: a ética, a economia, etc. Essa filosofia prática não é suficiente para regular a ação. Ela conhece de modo teórico, especulativo e explanatório coisas que precisam ser não apenas explicadas, mas feitas. Ela reúne em um sistema científico todo o conhecimento necessário para regular a ação desde longe. O filósofo mais competente em matéria ética pode ficar desconcertado com o menor ato a ser feito e pode talvez levar uma vida imoral[9].

O conhecimento prático correto, como regulador imediato da ação, é a virtude da prudência. Ela julga e comanda o que deve ser feito aqui e agora. Ela é uma virtude

9 *Distinguir para unir*, pp. 311-313: “The mind takes as its concern human action going on in that world and, philosophizing, this time in the practical order, seeks to know, no longer for the sake of knowing but for the sake of acting; it seeks to acquire, respecting an object which is something practical (an act to be done), a science which proceeds in a practical manner in regard to its own finalities and the conditions of the object, but nevertheless remains speculative or explanatory in mode in regard to the general or fundamental cognitional equipment, and considers the universe of action and operative values from the point of view of its *raisons d’etre* and the intelligible structures immanent in it. That is what Aristotle called practical philosophy: ethics, economics, etc. [...] The only point we want to bring out here is that practical philosophy does not suffice to regulate action. It knows in a theoretical, speculative, explanatory way things which need not only to be explained but also to be done. It gathers into a scientific system all the knowledge necessary to regulate action from afar [...]. [...] The most expert and competent philosopher in ethical matters can be disconcerted by the smallest act to be done, and he can himself lead an immoral life.”

intelectual e moral; ela é conectada com as virtudes morais e pressupõe necessariamente a retidão da vontade[10].

Entre a prudência e a ciência especulativamente prática, há uma ciência que pode ser chamada de praticamente prática. Mas quanto ao equipamento cognitivo fundamental ou quanto à estrutura das noções e definições, esta última ciência procede de modo totalmente diferente da ética filosófica ou da teologia moral. O seu modo é prático. Essa ciência reúne tudo o que já é conhecido, todas as explicações, princípios, razões de ser e regras, para preparar todo esse conhecimento para a ação. É nesse sentido que os tomistas ensinam que as ciências práticas procedem de modo compositivo como a arte e a prudência. E assim como a arte e a prudência, essas ciências também pressupõem a retidão da vontade[11].

As ciências praticamente práticas são a ciência do praticante. Elas têm grande dignidade e importância para a cultura. A ciência moral de Confúcio é mais uma ciência do praticante do que uma ciência do filósofo. Isso também ocorre com a ciência moral de grandes estadistas. Existem muitos escritores que são não apenas observadores dos homens, mas moralistas, isto é, praticantes da ciência moral; por exemplo: Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, etc[12].

O que a filosofia moral prepara e reúne em vista de operações a ser dirigidas desde longe é um conhecimento cuja estrutura é inteiramente intelectual e cuja verdade não implica regulação pelo reto apetite nem moção afetiva, e que examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível[13].

Na filosofia moral, a verdade consiste no conhecer como fundamento do dirigir; na ciência praticamente prática, a verdade consiste no dirigir, baseado no conhecer; e na prudência, a verdade consiste simplesmente no dirigir. A filosofia moral procede de modo prático quanto às condições do objeto conhecido e ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar[14].

---

10 *Distinguir para unir*, p. 314: "Right practical knowledge, as the immediate regulator of action, is the virtue of prudence. It judges and commands what is to be done here and now. As we know, this virtue is both intellectual and moral; it is connected with the moral virtues and necessarily presupposes the rectitude of the will."

11 *Distinguir para unir*, pp. 314-315: "Is there not an intermediate zone of knowledge between prudence and speculatively practical science? Explicating the principles of St. Thomas, we would answer: Yes! [...] We may call it practically practical science. [...] But as to the fundamental equipment of knowledge itself or as to the structure of notions and definitions, its procedure follows a wholly different mode than does ethics or moral theology. [...] The whole mode of science here is practical. [...] The question is to prepare for action and to assign its proximate rules. [...] It gathers together everything that is already known, all the explanations, principles and raisons d'etre [...]. [...] It is in this wholly characteristic sense that Thomists teach that practical sciences (practically practical) proceed *modo compositivo* like art and prudence. Moreover, just as prudence and art presuppose the rectifying of the appetite [...], these practical sciences too [...]."

12 *Distinguir para unir*, pp. 315-316: "There is a science of the practitioner as such which is irreducible to a knowledge that is speculative in mode, and whose dignity and importance are truly great for culture. [...] Among many great moralists, Confucius, for example, we find more of a practitioner's science than a philosopher's science. It is likewise with many great statesmen. [...] from Montaigne and Pascal to Nietzsche, from Shakespeare to Racine and Baudelaire, from Swift or Meredith to Balzac and Dostoievsky. These powerful observers of men are not merely observers, they are not "psychologists"; properly speaking, they are moralists — not philosophers but practitioners of the science of morals."

13 *Distinguir para unir*, pp. 457-458: "What moral philosophy thus prepares and gathers up in view of operations to be directed from afar, is knowledge whose structure is wholly intellectual, whose truth implies neither regulation by right appetite nor affective motion, and which examines its different objects according to the laws of ontological analysis, *dividendo* et *resolvendo*, in order to grasp their intelligible constituent."

14 *Distinguir para unir*, p. 458: "Although truth in moral philosophy does not consist purely and simply in *cognoscere* as it

Um diagrama mostra o seguinte: (1) ciência especulativa: tem por fim conhecer para conhecer, tem por objeto um objeto de pura especulação, por modo de conhecer o modo especulativo, e como exemplo a filosofia especulativa em geral. (2) ciência especulativamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde longe, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo especulativo quanto à estrutura das ideias, e como exemplos a filosofia moral e a medicina teórica. (3) ciência praticamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde perto, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo prático, e como exemplos as ciências morais práticas e a medicina prática. (4) prudência: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação imediatamente, tem por objeto um objeto operável, e por modo de conhecer o modo prático ao máximo grau (*Distinguir para unir*, p. 459).

Leopoldo Eulogio Palacios apresenta um quadro semelhante ao de Maritain e se pergunta em qual das quatro divisões do saber se deve colocar a ciência moral. A partir de Tomás, ao menos está claro que a ciência moral e política não é uma disciplina puramente prática, como a sindérese e a prudência; ou seja, não pertence ao quarto modo de saber; e, ademais, ela também não tem lugar entre as disciplinas puramente especulativas, pois versa sobre os atos humanos e não sobre coisas inoperáveis que não dependem de nós; portanto, ela não pertence ao primeiro modo de saber[15].

Palacios se inclina a pensar que, segundo Tomás de Aquino, a ciência moral é uma disciplina de objeto operável enquanto operável, que se deve colocar no terceiro tipo de saber, preservando-se o modo predominantemente compositivo e sintético deste saber[16]. No entanto, Palacios não litigaria com aqueles, como Juan Sánchez Sedeño, João de Santo Tomás e José Agustín Gredt, que sustentam que a ciência moral tem um objeto operável enquanto especulável, pois nada impede que se considere resolutivamente as ações do homem, suas virtudes, suas finalidades, definindo, dividindo e expondo suas notas universais[17].

---

does in speculative philosophy, it does at least consist in *cognoscere* as the foundation of *dirigere*, whereas in practically practical science truth consists in *dirigere* indeed, but as based upon *cognoscere*, and in prudence, it consists formally simply and solely in *dirigere* itself. [...] moral philosophy proceeds *modo practico* in respect to the conditions of the object known and the process of reasoning, and *modo speculativo* in respect to the means themselves, of apprehending and judging."

15 *Filosofía del saber*, pp. 379-380: "En cual de estas cuatro divisiones del saber debe colocarse la ciencia moral? Santo Tomás no ha tratado este punto por extenso en ninguna parte. Lo que está perfectamente claro es que la ciencia moral y política no es nunca para él una disciplina puramente práctica, como lo sería, en cambio, la sindéresis o la prudencia; es decir, no cabe en la cuarta manera de saber. Y es igualmente palmario que para Santo Tomás dicha ciencia no tiene tampoco cabida entre las disciplina puramente especulativas, porque la moral no es una ciencia que verse sobre cosas inoperables que no dependen de nosotros, ya que su materia son los actos humanos. Por tanto, no es tampoco una ciencia que pertenezca a la primera manera de saber."

16 *Filosofía del saber*, p. 392: "Yo me inclino a pensar que la naturaleza de la ciencia moral era, en la mente del Doctor Angélico, una disciplina de objeto operable en cuanto operable, que habría que insertar en el casillero tercero de mi esquema, y apellidar con todos los nombres que él emplea en los diferentes textos [...]. [...] Pero todo ello debe hacerse salvando el modo predominantemente compositivo y sintético de este saber [...]."

17 *Filosofía del saber*, p. 392: "Tampoco litigaría yo con quienes se creen fieles a Santo Tomás sosteniendo que la ciencia moral tiene un objeto operable en cuanto especulable, como Juan Sánchez Sedeño, Juan de Santo Tomás o José Agustín Gredt, pues nada veda considerar resolutivamente las obras del hombre, sus virtudes, sus finalidades, definiendo, dividiendo y poniendo en claro sus notas universales, y hasta parece que esto es lo propio de una ciencia digna de su nombre."

4 TOMÁS DE AQUINO SOBRE A FILOSOFIA MORAL

Consideremos, primeiro, o *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e, posteriormente, o *Comentário à Ética a Nicômaco*. No *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, a questão 5, artigo 1, pergunta se é adequada a divisão pela qual a filosofia especulativa se divide em natural, matemática e divina. A resposta de Tomás é que tal divisão é adequada, pois todo objeto especulável tem de ser imaterial, necessário e imóvel, e o objeto de cada uma dessas três ciências especulativas tem um modo próprio de afastamento da matéria e do movimento. No entanto, Tomás considera dez objeções a esta tese. A segunda objeção[18] afirma que tal divisão é insuficiente, porque não inclui a lógica, mas a lógica é mencionada em uma passagem de *A Cidade de Deus* (livro 8, capítulo 4), na qual Agostinho afirma que Platão dividiu a filosofia inteira em moral, natural e racional, e, segundo Agostinho, pode-se entender que a ciência natural e a ciência racional (lógica) pertencem à parte contemplativa da filosofia, ao passo que a ciência moral pertence à parte ativa. Em resposta a esta objeção, Tomás diz que a lógica não é uma parte principal da filosofia especulativa, mas algo reduzido a ela, pois a lógica não é tanto uma ciência, mas antes um instrumento da ciência.

Em resposta à terceira objeção, que afirma que aquela divisão da filosofia especulativa não é adequada, porque inclui ciências que não pertencem às sete artes liberais, Tomás esclarece[19] que as sete artes liberais são chamadas de artes, porque implicam alguma obra que procede imediatamente da razão, mas o caso da ciência moral é diferente, pois, embora ela seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como se vê no livro da Ética, e por isso a ciência moral não pode ser chamada de arte. É importante observar aqui a citação que Tomás faz de uma passagem de *A Cidade de Deus* (livro 4, cap. 21), onde Agostinho afirma que "os antigos definiram a virtude como a arte de viver bem e retamente". Na *Suma de Teologia* (I-II, q. 58, a. 2, ad 1), Tomás explica o seguinte sobre essa mesma passagem: "Agostinho toma a arte no sentido de toda razão reta. E assim a arte inclui também a prudência [...]. Nesse sentido, a afirmação dele [...] aplica-se essencialmente à prudência". Portanto, quando Tomás diz que a operação visada pela ciência moral é um ato de virtude, ele quer dizer que ela é um ato da prudência.

A quarta objeção afirma que, assim como a medicina, toda ciência prática tem uma parte especulativa e uma parte prática, e por isso a ciência moral deveria ser incluída entre as ciências especulativas, em razão de sua parte especulativa. Em resposta, Tomás explica que o critério usado para dividir a filosofia em especulativa e prática é diferente do critério usado para dividir a medicina em especulativa e prática. A medicina se divide segundo a

18 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 5, a. 1, arg. 2: "Agostinho diz no livro VIII de *A Cidade de Deus* que a filosofia racional, que é a lógica, está contida sob a filosofia contemplativa ou especulativa. Portanto, como não faz menção dela, parece que a divisão é insuficiente."

19 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 5, a. 1, ad 3: "Quanto à ciência moral, embora seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como é patente no livro da Ética. Daí, não poder ser denominada arte; ao contrário, nestas operações a virtude se coloca no lugar da arte. Vem daí que os antigos definiram a virtude como a arte de viver bem e retamente, como diz Agostinho no livro IV de *A cidade de Deus*."

proximidade da operação; assim, sua parte especulativa é afastada da operação, ao passo que sua parte prática é próxima da operação. Mas a filosofia é dividida de acordo com o fim da felicidade, e a felicidade se divide em contemplativa e ativa, como se vê no livro 10 da Ética. Assim, a parte prática da filosofia contém a ciência moral, que tem por fim a felicidade ativa, ao passo que a parte especulativa contém a ciência natural e a ciência racional, que têm por fim a felicidade contemplativa[20].

Ainda no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, a questão 6, artigo 1, pergunta se é conveniente proceder de modo raciocinativo na ciência natural. A resposta de Tomás é que um modo de proceder pode ser chamado de raciocinativo de três maneiras. Primeiro, um procedimento é dito raciocinativo quanto aos princípios, quando se procede a provar algo a partir das obras da razão, como as intenções lógicas. Em segundo lugar, um procedimento é dito raciocinativo a partir do termo no qual se detém. A investigação da razão pode alcançar dois termos diferentes; um é a intelecção dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles, e quando a razão alcança este termo, o procedimento se chama demonstrativo. Mas em outro caso, o procedimento se chama raciocinativo, porque a razão se detém na própria investigação, deixando caminho em direções distintas, e assim se procede por meio de razões prováveis, que produzem opinião ou fé, e não ciência. É neste sentido que o procedimento raciocinativo se contradistingue do demonstrativo[21]. E em terceiro lugar, um modo de proceder é dito raciocinativo por parte da potência racional, na medida em que o procedimento segue o modo próprio da alma racional no conhecer, partindo das coisas sensíveis para as coisas inteligíveis, e do efeito para a causa.

A quarta objeção a esta tese afirma[22] que a ciência natural procede de modo científico, e não de modo raciocinativo, pois, no livro 6 da Ética, Aristóteles afirma que estes dois modos se contradistinguem um do outro. Em resposta, Tomás esclarece que, na passagem citada, Aristóteles toma o modo raciocinativo como sendo o mesmo que o modo opinativo, e atribui a este modo o que pode ser realizado pela ação humana, que é contingente. É neste sentido que a ciência moral procede de modo raciocinativo, que é o segundo sentido mencionado acima. Assim, a ciência racional procede de modo raciocinativo no primeiro sentido, e a ciência natural procede de modo raciocinativo no terceiro sentido[23].

---

20 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 5, a. 1, ad 4: “Ora, como os filósofos afirmam uma dupla felicidade, uma contemplativa e outra ativa, como é patente no livro X da Ética, de acordo com isto distinguiram também duas partes da filosofia, a moral, que denominaram prática, e a natural e racional, que denominaram teórica.”

21 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 6, a. 1, corpo (a): “Um procedimento é dito racional, de outro modo, a partir do termo no qual se detém no procedimento. Com efeito, o termo último, ao qual a investigação da razão deve conduzir, é a intelecção dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles; o que, quando acontece, não é dito procedimento ou prova raciocinativo, mas demonstrativo. Às vezes, porém, a investigação da razão não pode conduzir até o termo supracitado, mas se detém na própria investigação, isto é, quando ainda resta ao investigador caminho em direções distintas; isto acontece quando se procede por meio de razões prováveis, que, por natureza, produzem opinião ou fé e não ciência; neste sentido, o procedimento raciocinativo se contradistingue do demonstrativo.”

22 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 6, a. 1, arg. 4 (a): “No livro VI da Ética o raciocinativo é contradistinguido do científico pelo Filósofo. Ora, a filosofia natural faz parte do científico. Logo, não se lhe atribui convenientemente o proceder raciocinativamente.”

23 *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, q. 6, a. 1, ad 4 (a): “O Filósofo nesta passagem sustenta como sendo o mesmo o raciocinativo e o opinativo; donde, ser patente que pertence ao segundo modo indicado; no mesmo lugar, o Filósofo atribui ao raciocinativo ou opinativo o que pode ser realizado pela ação humana, de que se ocupa a ciência

No *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 1, lição 1, Tomás afirma que o conceito de ordem se relaciona com a razão humana de quatro modos, e assim surgem quatro ciências diversas. A filosofia natural considera a ordem das coisas que a razão humana considera, mas não produz. A filosofia racional considera a ordem que a razão produz em seu próprio ato de consideração. A filosofia moral considera a ordem que a razão produz nos atos da vontade. E as artes mecânicas consideram a ordem que a razão produz nas coisas externas[24]. Nesta passagem, se desconsiderarmos as artes mecânicas, que não pertencem à filosofia, vemos a divisão da filosofia em três partes, isto é, em natural, racional e moral. Esta é a divisão que, como vimos no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, Tomás conhece a partir de *A Cidade de Deus*, onde Agostinho afirma que o autor dessa divisão é Platão. Vimos que Tomás usa essa mesma divisão para mostrar como aquelas três ciências filosóficas são divididas em especulativas e práticas, e para mostrar como as três procedem de modo raciocinativo. Agora, voltando ao *Comentário à Ética a Nicômaco*, notaremos que, logo a seguir, Tomás afirma que a matéria sobre a qual a filosofia moral versa é a operação humana ordenada a um fim, ou o homem, enquanto age voluntariamente em vista de um fim[25]. O fim pode ser conforme à reta razão natural ou contrário a ela.

No livro 1, lição 3, o assunto tratado é o modo de proceder da filosofia moral. O professor e o aluno da filosofia moral devem adequar o ensino e o aprendizado dessa ciência ao modo de proceder próprio dela, e este modo de proceder deve ser adequado ao tipo de matéria sobre a qual tal ciência versa. A matéria da filosofia moral são as operações humanas, nas quais há muita variabilidade. E os princípios da filosofia moral devem ser tomados dessa matéria que é variável. Portanto, as conclusões dessa ciência devem ser conformes aos princípios, que são variáveis. Assim, o professor de filosofia moral deve apresentar a verdade de três modos. Primeiro, com um esboço sumário, aplicando princípios universais a coisas particulares e procedendo do simples ao composto, onde estão os atos. Em toda ciência prática é necessário proceder de modo compositivo. Mas, ao contrário, na ciência especulativa é necessário proceder de modo resolutivo, resolvendo o composto em princípios simples. Em segundo lugar, deve-se apresentar os delineamentos da verdade, isto é, uma aproximação da verdade. E em terceiro lugar, deve-se falar dos eventos tais como ocorrem na maioria dos casos[26].

---

moral, em razão de sua contingência. Donde, se pode coligir do que foi dito que o primeiro modo de raciocinatividade é próprio sobretudo à ciência racional, o segundo à ciência moral, e o terceiro à ciência natural.”

24 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 1, n. 2: “The function of natural philosophy is to consider the order of things that human reason considers but does not establish [...]. The order that reason makes in its own act of consideration pertains to rational philosophy [...]. The order of voluntary actions pertains to the consideration of moral philosophy. The order that reason in planning establishes in external things arranged by human reason pertains to the mechanical arts.”

25 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 1, n. 3: “The subject of moral philosophy is human action ordered to an end, or even man, as he is an agent voluntarily acting for an end.”

26 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 3, n. 35: “Because, in the art of demonstrative science, principles must conform to conclusions, it is desirable and preferable when treating subjects so variable, and when proceeding from premises likewise variable, to bring out the truth first in a rough outline by applying universal principles to singulars and by proceeding from the simple (universal) to the complex (particular) where acts are concerned. For it is necessary in every practical science to proceed in a composite (i.e., deductive) manner. On the contrary in speculative science, it is

Pouco depois disso, Tomás fala sobre quem deve ser o aluno da filosofia moral. Primeiro, fala do incompetente. Segundo, do improfícuo. E, terceiro, do aluno ideal[27]. Assim, primeiramente, Tomás diz que um jovem não pode ser um bom ouvinte da ciência política e moral, na medida em que ele ainda não tem conhecimento das coisas que pertencem a essa ciência, pois essas coisas são conhecidas principalmente por experiência[28]. A seguir, Tomás diz que o aluno que é levado pelas paixões estudará essa ciência em vão e inutilmente, sem alcançar o devido fim. O fim dessa ciência não é o mero conhecimento, mas sim a ação humana. Dito isso, aqueles que seguem as paixões não alcançam os atos virtuosos[29]. Mas a filosofia moral será muito útil para aqueles que regulam os seus desejos e agem externamente de acordo com a ordenação da razão[30].

No livro 6, lição 7, Tomás confirma esses pré-requisitos para que se possa ser um bom aluno da filosofia moral. O assunto tratado neste contexto é a prudência. Tomás diz que há uma ordem apropriada para o aprendizado das ciências filosóficas. Primeiro, os jovens devem aprender a lógica, pois ela ensina o modo de proceder de toda a filosofia. Segundo, devem aprender matemática, que não requer experiência e não ultrapassa a imaginação. Terceiro, as ciências naturais, que, embora não ultrapassem o sentido e a imaginação, requerem experiência. Quarto, as ciências morais, que requerem experiência e uma alma livre das paixões, como se disse no livro 1. E quinto, as ciências divinas e sapienciais, que ultrapassam a imaginação e requerem uma mente aguda[31].

No mesmo livro 6, lição 7, Tomás diz que as espécies de prudência, como a individual, a doméstica e a política, residem na razão e no apetite, mas, se forem consideradas como residindo apenas na razão, são certas ciências práticas[32].

---

necessary to proceed in an analytical manner by breaking down the complex into elementary principles. Second, we should bring out the outlines of the truth, that is, an approximation to the truth. [...] Third, we must speak of events as they happen in the majority of cases [...].”

27 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 3, n. 37: “Then, at “Now every man,” he shows what sort of person the student of this science ought to be. First he shows who is an incompetent student; and second, at “Furthermore etc.,” who is an unprofitable student. Third, at “But it will certainly etc.,” he explains the characteristics of the ideal student.”

28 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 3, n. 38: “Second [a, ii], at “In keeping with this,” he proves his statement, namely, that a young man is not a good student of political science nor of any part of moral science comprised under political science [...]. [...] But a young man does not have a knowledge of things belonging to moral science, which are known mostly by experience.”

29 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 3, n. 40: “He affirms then that the one who is ruled by the emotions will study this science in vain, that is, without any result and uselessly without attaining its proper end. The end of this science is not knowledge alone, which those enslaved to passion can perhaps gain. But the end of this science, as of all practical sciences, is human action. Now those who follow the emotions do not attain virtuous acts.”

30 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 1, lição 3, n. 41: “Then, at “But it will certainly,” he indicates the good student of this science. He says that it is very useful to have a knowledge of moral matters for those who regulate their desires and act in externals according to the dictates of reason.”

31 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 6, lição 7, n. 1211: “Therefore, the proper order of learning is that boys first be instructed in things pertaining to logic because logic teaches the method of the whole of philosophy. Next, they should be instructed in mathematics, which does not need experience and does not exceed the imagination. Third, in natural sciences, which, even though not exceeding sense and imagination, nevertheless require experience. Fourth, in the moral sciences, which require experience and a soul free from passions, as was noted in the first book. Fifth, in the sapiential and divine sciences, which exceed imagination and require a sharp mind.”

32 *Comentário à* Ética *a Nicômaco*, livro 6, lição 7, n. 1200: “As has been noted previously, we must consider that prudence is not only in the reason but has a function likewise in the appetitive faculty. Therefore, everything mentioned here is a species of prudence, to the extent that it does not reside in the reason alone but has ramifications in the appetitive faculty. Inasmuch as they are exclusively in the reason they are called certain kinds of practical science, viz., domestic

Por fim, vejamos como Tomás apresenta a distinção entre as virtudes intelectuais e, depois, a distinção entre os tipos de ciências especulativas e práticas.

No *Comentário à Metafísica*[33], em uma passagem que resume uma doutrina encontrada no livro 6 da *Ética a Nicômaco*, as virtudes intelectuais são distinguidas em dois tipos, de acordo com a parte da alma racional que aperfeiçoam: assim, três delas (a sabedoria, a ciência e o entendimento) são especulativas, por pertencerem à parte especulativa (ou científica) da alma racional, e duas delas (a prudência e a arte) são práticas, por pertencerem à parte prática (ou raciocinativa) da alma racional. Ademais, cada virtude intelectual especulativa está relacionada, de um modo particular, com demonstrações: o entendimento versa sobre os primeiros princípios da demonstração; a ciência tem demonstrações (ou conclusões) sobre causas inferiores; e a sabedoria tem demonstrações (ou conclusões) sobre causas primeiras. E cada virtude intelectual prática está relacionada, de um modo particular, com coisas contingentes e operáveis pelo homem: a prudência é a reta razão que versa sobre as ações que devem ser feitas (*recta ratio agibilium*) (e que aperfeiçoam o agente); e a arte é a reta razão que versa sobre as obras que devem ser produzidas (e que são exteriores ao agente)[34].

Na *Suma de Teologia*[35], I, q. 14, a. 16, Tomás argumenta que uma ciência pode ser chamada de especulativa de três modos: de um modo, por parte das coisas conhecidas, isto é, por parte do objeto ou matéria, e assim é chamada de (1) ciência apenas especulativa, como, por exemplo, a ciência que o homem tem das coisas da natureza ou de Deus; de outro modo, quanto ao modo de conhecer, e assim é chamada de (2) ciência especulativa quanto ao modo de conhecer e prática sob outro aspecto, como, por exemplo, a ciência que o arquiteto tem da casa, definindo-a, dividindo-a e considerando suas características universais, o que é proceder de modo resolutivo; e ainda de outro modo, quanto ao fim, e assim é chamada de (3) ciência especulativa quanto ao fim e prática sob outro aspecto, como, por exemplo, a ciência que o arquiteto tem da casa, considerando como poderia ser construída, não com a finalidade de construí-la, mas apenas para conhecer. A ciência que tem por fim a operação é chamada de (4) ciência apenas prática[36].

---

ethics and political science."

33 TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Metaphysics*. Translation and introduction by John P. Rowan, preface by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1995.

34 *Comentário à Metafísica*, livro 1, lição 1, n. 34: "But because the names "wisdom," "science" and "art" have been used indifferently, lest someone should think that these terms are synonymous, he excludes this opinion and refers to his work on morals, i.e., to Book VI of the *Ethics*, where he has explained the difference between art, wisdom, science, prudence, and understanding. And to give the distinction briefly—wisdom, science and understanding pertain to the speculative part of the soul, which he speaks of in that work as the scientific part of the soul. But they differ in that understanding is the habit of the first principles of demonstration, whereas science has to do with conclusions drawn from subordinate causes, and wisdom with first causes. This is the reason it is spoken of there as the chief science. But prudence and art belong to the practical part of the soul, which reasons about our contingent courses of action. And these also differ; for prudence directs us in actions which do not pass over into some external matter but are perfections of the one acting (which is the reason why prudence is defined in that work as the reasoned plan of things to be done), but art directs us in those productive actions, such as building and cutting, which pass over into external matter (which is the reason why art is defined as the reasoned plan of things to be made)."

35 TOMÁS DE AQUINO. *Suma de Teologia*. Coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

36 *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16. Ver também *Questões Disputadas Sobre a Verdade*, q. 3, a. 3.

CONCLUSÃO

Começaremos com as afirmações essenciais de João de Santo Tomás sobre a filosofia moral. Essas afirmações são totalmente congruentes e convergentes com as de Juan Sánchez Sedeño. Para esses dois autores, não se pode afirmar que a filosofia moral, como a *Ética a Nicômaco*, é uma ciência prática, porque não existe ciência prática. O que existe são hábitos intelectuais, que são divididos em especulativos e práticos. As ciências não são divididas em especulativas e práticas, porque só existe ciência especulativa. Uma ciência só recebe o nome de ciência, se tiver por fim a consideração da verdade, se tiver princípios especulativos, e se proceder de modo especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo. Nem se pode afirmar que a filosofia moral é simultaneamente especulativa e prática, porque na ordem natural não existe nenhuma ciência desse tipo, mas na ordem sobrenatural existe a teologia sagrada, que pode ser desse tipo. Então, João e Sánchez afirmam que a filosofia moral pode ser entendida em dois sentidos: em um sentido, a filosofia moral é uma ciência, ou seja, é uma ciência especulativa, e, mais ainda, é um hábito especulativo, que pertence ao mesmo hábito da ciência natural (física), e por isso tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural, por fim a consideração da verdade, por modo de proceder o modo especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo, e por objeto um objeto que é operável, mas considerado como especulável, como seria a natureza das virtudes sob a razão do verdadeiro. Em outro sentido, a filosofia moral não é uma ciência, mas sim um hábito prático, que é a prudência. Neste caso, a filosofia moral tem as mesmas características da prudência, como os princípios práticos e o modo de proceder prático (compositivo). Sánchez acrescenta que, quando Tomás fala da política, ele se refere à prudência política, e quando Tomás fala de ciências ativas, ele se refere às espécies da prudência, como a individual, a econômica e a política.

Tendo em vista essas afirmações de João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño, eu proponho que elas constituem um distinto modelo de interpretação, que chamo de modelo das virtudes intelectuais, na medida em que esse modelo pressupõe a distinção que Tomás faz explicitamente entre as virtudes intelectuais especulativas (entre as quais está a ciência) e as virtudes intelectuais práticas (entre as quais está a prudência). Tomás afirma que essa distinção pode ser encontrada no livro 6 da *Ética a Nicômaco*, e que ela é feita de acordo com a distinção entre a parte científica (ou demonstrativa) e a parte raciocinativa (ou prática) da alma racional.

Jacques Maritain, entretanto, concebe um outro modelo de interpretação, que chamo de modelo dos graus do saber. Maritain propõe distinguir as ciências especulativas e as ciências práticas de acordo com três critérios básicos: o fim, o objeto e o modo de conhecer. Assim, resultam quatro graus de ciência. O primeiro é o grau da filosofia especulativa em geral. O segundo é o grau da ciência especulativamente prática, que é onde se situa a ética de Aristóteles, que tem, segundo Maritain, um modo de conhecer especulativo. O terceiro

é o grau da ciência praticamente prática, que é onde se situam doutrinas morais práticas que têm um modo de conhecer prático. E o quarto é o grau da prudência, que é uma virtude intelectual e moral e é prática ao máximo grau. O critério mais importante que, segundo Maritain, distingue entre a ética de Aristóteles e outras doutrinas morais práticas é o modo de conhecer. Maritain adota algo da doutrina de João de Santo Tomás, que afirma que a filosofia moral, em certo sentido, tem um modo de proceder especulativo. Leopoldo Eulogio Palacios aceita o modelo de interpretação que chamo de modelo dos graus do saber, mas ele conclui que a ética de Aristóteles é algo como uma ciência praticamente prática, isto é, uma ciência que tem um modo de conhecer prático, mas que é distinta da prudência.

Agora, no entanto, vamos considerar as palavras de Tomás de Aquino. A filosofia moral é em vista da operação, e tal operação não é ato de ciência, nem de arte, mas de virtude, isto é, da prudência. A filosofia pode ser dividida em três partes, ou seja, em natural, racional e moral, de acordo com a divisão cuja autoria Agostinho atribui a Platão, mas a filosofia pode ser dividida também em especulativa e prática, de acordo com a divisão do fim da felicidade, que pode ser contemplativa ou ativa, como ensina Aristóteles no livro 10 da Ética. Então, a ciência natural e a ciência racional pertencem à parte especulativa, por terem por fim a felicidade contemplativa, ao passo que a ciência moral pertence à parte prática, por ter por fim a felicidade ativa. A felicidade ativa só é alcançada com a operação da prudência. O modo científico se contradistingue do modo raciocinativo, como diz Aristóteles no livro 6 da Ética. O modo científico procede de modo resolutivo e demonstrativo, ao passo que o modo raciocinativo procede por razões prováveis, que produzem opinião ou fé e não ciência. A ciência moral procede de modo raciocinativo e versa sobre o que pode ser realizado pela ação humana (*agibilia humana*), que é contingente e é a mesma matéria sobre a qual a prudência versa.

No início do *Comentário à Ética*, Tomás apresenta novamente a divisão da filosofia em natural, racional e moral, e acrescenta as artes mecânicas. A matéria da filosofia moral é a operação humana ordenada a um fim. O modo de proceder da *Ética a Nicômaco* é prático, ou seja, compositivo, o qual consiste em aplicar princípios universais e simples aos atos singulares e compostos, modo idêntico ao da prudência[37]. Existem três tipos de alunos ou ouvintes da *Ética a Nicômaco*: (1) o incompetente, que é jovem e não tem experiência da vida moral e política; (2) o improfícuo, que é o seguidor das paixões, e que talvez possa alcançar o conhecimento, mas não é capaz de alcançar o fim devido, que é a operação humana ou virtuosa; e (3) o ideal, que regula os seus desejos e age externamente de acordo com a ordenação da razão. Segundo uma certa ordem de aprendizado das ciências filosóficas, a filosofia moral deve ser aprendida após a lógica, a matemática e a ciência natural, pois ela requer experiência e uma alma livre das paixões. É possível observar que as espécies de prudência, como a individual, a doméstica e a política, residem na razão

37 *Suma de Teologia*, II-II, q. 47, a. 3: "É próprio da prudência não só a consideração da razão, mas também a aplicação à obra, que é fim da razão prática."

e no apetite, mas, se forem consideradas como residindo apenas na razão, são certas ciências práticas. No entanto, a *Ética a Nicômaco* não pode ser aprendida como uma mera ciência prática, mas deve ser aprendida como sendo a virtude intelectual prática e moral da prudência.

Agora, vamos considerar o que Tomás de Aquino nunca afirmou. João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño afirmam que a filosofia moral é uma parte da ciência natural e tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural. A obra *Filosofia Natural*, que é a segunda parte do *Cursus Philosophicus Thomisticus* de João de Santo Tomás, pretende ter quatro partes: (1) "do ente móvel em comum", (2) "do ente móvel incorruptível", (3) "do ente móvel corruptível", e (4) "do ente móvel animado". Tomás de Aquino concordaria com essa sequência, mas ele jamais afirmou que a *Ética a Nicômaco* pertenceria a uma quinta parte da ciência natural, e nunca afirmou que a *Ética a Nicômaco* tem o mesmo modo de abstração que a ciência natural. Ademais, Tomás jamais atribuiu à *Ética a Nicômaco* um modo de proceder especulativo, isto é, resolutivo e demonstrativo. Ao contrário, atribuiu a ela o modo compositivo, que se aplica à ação singular, e o modo raciocinativo, que produz opinião ou fé, mas não ciência.

Ademais, Tomás jamais atribuiu à *Ética a Nicômaco* um fim especulativo, que seria o mero conhecimento ou a mera consideração da verdade. Sánchez faz várias observações sobre esse ponto. Ele diz que a filosofia moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a produz. Porém, lembremos, se a filosofia moral for considerada como idêntica à prudência, ela será capaz de produzir a operação. Sánchez também afirma que a filosofia moral é em vista da operação desde fora. Ou seja, a filosofia moral é em vista da operação, mas não tem nada a ver com a operação. Nas palavras de Sánchez, a operação é apenas um efeito por acidente da filosofia moral e não o seu fim intrínseco. Segundo Sánchez, para que uma ciência seja prática, requer-se que ela seja a operadora do ato ao qual se ordena. Se o ato de virtude não é produzido pela filosofia moral, então a filosofia moral não é uma ciência prática. Contudo, lembremos novamente, se a filosofia moral for considerada como sendo a prudência, ela será capaz de produzir o ato de virtude. Ademais, João de Santo Tomás, Juan Sánchez Sedeño e até mesmo Jacques Maritain afirmam que alguém pode ser dotado da filosofia moral especulativa, mas ser ao mesmo tempo desprovido de prudência. Tomás de Aquino, no entanto, afirma que o aluno inexperiente e o aluno seguidor das paixões não são bons ouvintes da filosofia moral (isto é, eles seriam ouvintes acidentais da filosofia moral), e apenas o aluno que está disposto a seguir a ordenação da razão poderá alcançar o fim devido da filosofia moral, que é a operação da prudência (este seria o aluno essencial ou intrínseco da filosofia moral).

Além disso, Sánchez diz que, a respeito da divisão da filosofia em natural, racional e moral, deve-se entender que todas essas três ciências são especulativas, pois a divisão do hábito em especulativo e prático é anterior a essa divisão tripartida da filosofia. Entretanto,

como vimos acima, Tomás considera esses dois modos de dividir a filosofia e afirma que a *Ética a Nicômaco* pertence à parte prática da filosofia. Ademais, para João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño, a filosofia moral tem princípios especulativos, mas Tomás nunca disse isso. E, enfim, Tomás de Aquino usa muitíssimas vezes a expressão "ciência prática", e nunca a usou como se ela significasse uma ciência simultaneamente especulativa e prática, que é o sentido de "ciência prática" que João e Sánchez rejeitam.

Portanto, a minha conclusão é que, para Tomás de Aquino, a filosofia moral pode ser considerada como idêntica à prudência. Se usarmos o modelo das virtudes intelectuais, a *Ética a Nicômaco* se identifica com a prudência, mas não com a ciência. E, se usarmos o modelo dos graus do saber, baseado na *Suma de Teologia*, I, q. 14, a. 16, a *Ética a Nicômaco* se identifica com a prudência, pois tem por fim a operação, por objeto um objeto operável, e por modo de proceder o modo prático.

JUAN SÁNCHEZ SEDEÑO E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

Data de aceite: 01/08/2024

André Ricardo Randazzo Gomes

INTRODUÇÃO

Juan Sánchez Sedeño[1] é filho de Pero Sánchez e Catalina Sedeño e nasceu em 1552, na antiga Vila de Martín Muñoz de las Posadas, situada na província de Segovia. Fez profissão religiosa em 17 de abril de 1572, aos 18 anos, no Convento dominicano de San Esteban de Salamanca. Estudou primeiro na Universidade de Salamanca e depois no Colegio de San Gregorio de Valladolid. Teve insignes mestres, como Medina, Báñez, Mancio, Gallo e Adriano. Sua vida acadêmica docente centrou-se primeiro em Salamanca: no Convento de San Esteban foi mestre de estudantes; na Universidade substituiu Báñez (nos anos 1579 e 1598) na cátedra de prima; e ensinou lógica. Por volta do fim do século XVI concluiu a obra que conhecemos, *Aristotelis Logica Magna variis et multiplicibus quaestionibus septem libris comprehensis elucidata: in quibus praecepta Logicalia ad D. Thomae Aquinatis et Doctoris Eccleasiae sententiam revocantur*; que foi impressa em Salamanca (dois tomos em um só volume em folio em dupla coluna, por Juan Fernández e Andrés Renaut, no ano de 1600). Nesta obra, mostra uma extraordinária erudição, citando com exatidão autores antigos, medievais e renascentistas. É muito clara sua fidelidade doutrinal a Tomás de Aquino, que figura como árbitro das difíceis matérias tratadas; ele conhece e cita suas obras principais, desde o *Comentário às Sentenças* à *Suma de Teologia*, passando pelas questões *De Veritate* e *De Potentia* ou os distintos *Comentários* às obras de Aristóteles. Diverge frequentemente dos jesuítas Francisco Suárez, Luis de Molina e Gabriel Vásquez.

Depois mudou-se para a Galicia; e durante três anos (1601-1603) chegou a reger a cátedra de prima da Universidade de Santiago de Compostela. Pouco depois,

1 Todas as informações biográficas mencionadas aqui são retiradas da obra: SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *La relación (1600)*. Introdução, tradução e notas de Juan Cruz Cruz. Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

a obra mencionada foi reimpressa em Veneza duas vezes com o título *Eruditissimae atque utilissimae Quaestiones ad universam Aristotelis Logicam* em dois volumes em 4ª: uma editada por Petrum Dusinellum (1609) e outra por Matthaeum Valentinum (1611). Morreu no ano de 1615. Havia escrito um volume grande sobre os livros da *Metafísica*, mas, como faleceu pouco antes de publicá-lo, não foi impresso. Tinha 63 anos.

A obra *Logica Magna* tem duas partes (ou tomos) bem diferenciadas, seguindo o uso da época: na primeira, estuda depois de umas questões proemiais o tratado ou livro das segundas intenções e dos universais e o tratado ou livro dos predicáveis; na segunda, inclui quatro tratados: o dos antepredicamentos, o dos predicamentos, o dos pós-predicamentos, e o da resolução posterior.

No presente capítulo, procurarei apresentar e comentar a tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral, que é exposta por ele na questão 14 do livro 1 da *Logica Magna*[2]. Este texto tem a mesma estrutura dos artigos da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino. Ele começa com a pergunta: as ciências morais são práticas ou especulativas[3]? Em seguida, são apresentados seis argumentos iniciais, em favor da tese de que a filosofia moral é prática. Então, Sánchez apresenta a sua "decisão da questão", ou seja, a sua resposta, que constitui o *corpus* do texto, onde defende duas conclusões, em favor da tese de que a filosofia moral é especulativa. E ao final, Sánchez responde um a um aos seis argumentos iniciais.

Por todo o texto, Sánchez cita vários autores, desde Pedro Oxomense, Jerônimo e Cícero, até os dominicanos Domingo Báñez, Javelus, Domingo de Soto, Bartolomé de Medina e Pedro de Bérgamo. No entanto, os autores tomados como os mais importantes e decisivos, que Sánchez pretende defender, são Tomás de Aquino e Aristóteles, lidos através do *Comentário à Ética a Nicômaco*, do *Comentário à Metafísica*, do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e da *Suma de Teologia*[4]. Restringirei o meu estudo ao uso que Sánchez faz destas obras e tomarei como sinônimas as expressões: filosofia moral, ciência moral, ética e *Ética a Nicômaco*.

Há um autor que também fez um breve estudo da tese de Sánchez sobre a filosofia moral. Foi Leopoldo Eulogio Palacios. No entanto, o foco de seu estudo era a tese de João de Santo Tomás (1589-1644) sobre a filosofia moral[5]. Palacios entendeu bem a tese de ambos os autores, e chamou Sánchez de "precursor de João de Santo Tomás". Isto é, Palacios argumenta que, quando João de Santo Tomás, em sua obra lógica, afirma que a ciência moral pode ser considerada de modo especulativo, excluindo a prudência, ou de

2 Consultei a seguinte edição desta obra: SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *Qvaestiones Ad Vniversam Aristotelis Logicam, 1616*. Disponível em: https://bit.ly/2W966Td. Acesso em: 06 ago. 2024.

3 Às vezes, Sánchez se refere à filosofia moral com o plural "ciências morais", porque a filosofia moral abrange três partes: a monástica, a econômica e a política.

4 Consultei a seguinte edição dos textos de Tomás de Aquino: TOMÁS DE AQUINO. *Corpus Thomisticum. S. Thomae de Aquino. Opera Omnia.* Disponível em: <http://www.corpusthomisticum.org/iopera.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

5 PALACIOS, Leopoldo Eulogio. Juan de Santo Tomás y la ciencia moral. *Revista de Estudios Políticos*, 18, 1944, pp. 557-570.

modo prático, incluindo a prudência, ele está sendo influenciado por Sánchez. Estou de acordo com esta ideia. Porém, em seu livro *Filosofía del saber*, Palacios procura mostrar como a tese de João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño pode ser conciliada com a tese, tornada famosa por Jacques Maritain, dos "graus do saber". Ao final do presente capítulo, farei algumas considerações sobre esta tentativa.

1 ARGUMENTOS INICIAIS

Parece que a ciência moral é prática.

Primeiro argumento. A ciência moral é prática, porque ela não é nenhuma das três ciências especulativas mencionadas na *Metafísica* (livro 6) e nem tem um modo de abstração[6]. Isso confere com Tomás.

Segundo argumento. A ciência moral é prática, porque tem princípios práticos e conclusões práticas[7]. Isso conforma parcialmente com Tomás, pois Tomás afirma que deve-se esperar uma conformidade entre princípios inexatos e conclusões inexatas na ciência moral (*Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 1, lição 3).

Terceiro argumento. Só a ciência moral é ciência prática, pois, como se diz na *Metafísica* (livro 6), ela não é especulativa e nem uma arte[8]. Isso conforma parcialmente com Tomás, pois Tomás admite que a ciência moral e a arte são ciências práticas.

Quarto argumento. A ciência moral é prática, porque ensina a operar[9]. Isso confere com Tomás (está de acordo com o estilo geral da Ética, embora requeira certas condições do ouvinte, como experiência e retidão moral).

Quinto argumento. A ciência moral é prática, porque, na *Suma de Teologia* (I, q. 1, a. 4), Tomás afirma isso[10]. No entanto, isso é incerto nessa passagem.

Sexto argumento. Sánchez cita oito passagens, as seis primeiras sendo do *Comentário à Ética a Nicômaco* e as duas últimas sendo do *Comentário à Metafísica*. 1ª passagem: a ciência moral é prática, porque o jovem, sem experiência, e o seguidor das paixões, sem retidão moral, não são bons ouvintes da ciência moral, pois eles não conseguem operar retamente, e a ciência moral não tem por fim o conhecimento, mas a

6 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 1: "Quia scientiae speculativae solum sunt tria genera, sub quibus reliquae scientiae speculativae continentur: sed scientiae morales sub nullo illoru generum continentur: ergo non sunt scientiae speculativae. [...] quia omnes scientiae habent aliquam abstractionem: sed istae scientiae morales nullam habent abstractionem illarum trium quas modo retulimus [...]."

7 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 2: "Principia hujus scientiae moralis sunt practica. [...] Conclusiones etiam sunt practicae, nam conclusiones sapiunt naturam principiorum: scientiae namque speculativae principia habent speculativa: ergo quae habent principia practica practicae sunt."

8 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 3: "Nam scientia dividitur secundum Arist. 6.Metaphysicae in practicam et speculativam: sed non est alia scientia, quae possit dici practica, nisi moralis; ergo illa est practica. Probatur minor. Nam ars domificatoria non est scientia practica: nam non est scientia, siquidem non procedit per demonstrationem [...]."

9 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 4: "Illa est scientia practica, quae docet operari: sed philosophia moralis docet operari: ergo est practica. [...]"

10 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 5: "Nam D. Tho. I.p.q.1.ar.4 argumento secundo concedit philosophia morale esse practica. Nam proponit argumentum ad probandum Theologiam esse practicam: quia tractat de lege veteri, et nova. Lex autem pertinet ad scientiam moralem, quae est practica: et concedit totum quod probat argumentum. [...]"

ação (livro 1, lição 3)[11]. 2ª passagem: é prática, porque não se deve tratar, nesta ciência, de questões que não pertençam à obra (livro 1, lição 11)[12]. 3ª passagem: é prática, porque o fim da demonstração *a priori*, que há nesta ciência, ordena-se à operação, assim como o conhecimento *a posteriori* (livro 1, lição 4)[13]. 4ª passagem: é prática, porque deve-se abster-se de questões que são de fora da ação (livro 1, lição 17)[14].

5ª passagem: é prática, porque procede de modo compositivo, aplicando princípios universais aos casos particulares, onde estão as ações (livro 1, lição 3)[15]. 6ª passagem: é prática, porque a política é a mais nobre entre todas as ciências práticas (livro 1, lição 2)[16]. 7ª passagem: é prática, porque as ciências morais são ciências ativas (livro 6, lição 1)[17]. 8ª passagem: é prática, porque a ciência ativa se contradistingue da ciência especulativa (livro 1, lição 3)[18]. Tudo isso conforma com Tomás, exceto o argumento feito a partir da 3ª passagem. Este argumento tem dois problemas: (1) Tomás não usa as expressões "*a priori*" e "*a posteriori*", mas sim "*propter quid*" e "*quia*", e (2) nem afirma que a demonstração "*a priori*" ordena-se à operação. Isso será examinado melhor abaixo, na primeira conclusão, e na respectiva resposta.

11 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Nam Aristotelis I. Ethicorum apud D. Tho. lectione tertia postquam praeiniferat iuvenem non esse aptum auditorem moralis scientiae, quia caret experientia, subjungit: neq; passionum sectator: quia inaniter audiet: et inutiliter, qui finis hujus scientia est non cognitio, sed actus: ergo scientia moralis est practica ex asserta sententia Aristotelis quandoquidem habet pro fine non cognitionem sed actionem. Finis vero speculativae scientiae est cognitio veritatis."

12 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Et in eodem I. lib. afferit Aristoteles quo finis hujs scientiae opera sunt; quapropter non est tractandum in hac scientia de quaestionibus, quae non pertineat ad opus: ergo est scientia practica, quandoquidem habet pro fine opus: et hoc saepissimae repetit in Ethicis. D. Th. etiam saepissime hoc videtur dicere, quod sit scientia practica."

13 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Nam lectionem 4. in lib.I Ethicorum ex Arist. dicit, quod qui a posteriori novit, scilicet, per experientiam, quod concupiscentiae per abstinentiam suparatur, non erit necesse cognoscere hoc a priori ad operandum. Unde videtur dicere D. Tho.quod finis demonstrationis a priori, quae habetur in hac scientia, ordinatur ad operandum: et ista cognitio supletur per cognitionem a posteriori; quia ita aeque bene dirigit ad operationem, sicut prima."

14 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Et in eodem libro I, lectione 17, inquit D. Tho.etiam ex eodem Arist. quod in hac scientia morali, quae est operativa abstinendum est a quaestionibus, quae sunt extra opera. Et igitur scientia morali practica, siquidem sibi vendicat pro fine operationem."

15 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Et in eodem libro lectione 3 afferit hanc scientiam procedere modo compositivo applicando universalia principia ad particularia, ubi est actus: ergo est practica scientia. Nam quid aliud requiritur, ut sit practica, nisi modo compositivo procedere?"

16 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Et in eodem libro lectione secunda afferunt Aristo. et Divus Thom. quod política est nobilissima omnium scientiarum. (Quod explicat D. Tho. omnium scientiarum practicarum. Nam speculativarum metaphysica est nobilissima.) Sed politica est pars scientiae moralis, et est practica: ergo omnes morales scientiae erunt practicae: quia eadem est de omnibus ratio."

17 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Et praeterea: nam Divus Tho. et Aristoteles 6. Methaphysicae textu primo dicunt expresse, scientias morales esse activas scientias, et earum principia esse in agente non in ipsis moribus, cujusmodi principium est electio: ergo non est scientia speculativa moralis; sed practica."

18 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: "Nam apud Aristo. scientia activa distinguitur contra speculativum, ut patet libro primo metaphysicae lectione. 3. apud Divum Thom. ubi Arist. et D. Tho. probant metaphysicam esse speculativam: quia non est activa. Et probant non esse activam: quia in metaphysica quaeritur scire propter seipsum, non vero propter opus: quomodo quaeritur in scientia activa: ergo res indubitata apud Arist. et Divum Thom. censetur, scientias morales esse practicas activas."

2 DECISÃO DA QUESTÃO

Primeira conclusão. A filosofia moral é especulativa e não prática[19]. Sánchez começa por citar duas passagens do *Comentário à Ética a Nicômaco* e constrói dois argumentos a partir delas.

1ª passagem: o modo de proceder, na filosofia moral, não é tão exato como em outras ciências, pois a sua matéria não admite igual exatidão; buscar igual exatidão em todas as ciências seria como exigir que um matemático use a retórica e que um retórico use a demonstração (livro 1, lição 3). A partir disso, Sánchez argumenta que a filosofia moral procede de modo demonstrativo, que é proceder de modo especulativo e resolutivo, resolvendo as conclusões em seus primeiros princípios, e isso é oposto ao modo compositivo, que é prático. Logo, a filosofia moral é especulativa, porque ela é comparada com as ciências especulativas e a comparação deve ser feita entre ciências da mesma razão[20].

Isso não confere com Tomás, pois, nessa passagem citada, Tomás explica que o modo de proceder de uma ciência deve ser adequado ao tipo de matéria sobre a qual ele versa, e a filosofia moral versa sobre um tipo de matéria que não é tão exato como o de outras ciências, como a matemática, por isso seu modo de proceder não é tão exato[21]. Ademais, no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 6, a. 1, corpus a, e ad 4 a), Tomás esclarece que o modo de proceder da ciência moral pode ser chamado de "raciocinativo por parte do termo no qual se detém", e se baseia para isso no livro 6 da *Ética a Nicômaco*. O esclarecimento é o seguinte. O termo último, ao qual a investigação da razão deve conduzir, é a intelecção dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles; o que, quando acontece, chama-se procedimento demonstrativo. Às vezes, porém, a investigação da razão não pode conduzir até tal termo, mas se detém na própria investigação, isto é, quando ainda resta ao investigador caminho em direções distintas; isto acontece quando se procede por meio de razões prováveis, que, por natureza, produzem opinião ou fé e não ciência; assim, este procedimento, chamado raciocinativo, se contradistingue do demonstrativo[22]. Aristóteles atribui ao raciocinativo ou opinativo o que

---

19 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Prima conclusio: Philosophia moralis est speculativa, et non practica."

20 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Haec conclusio primo probatur authoritatibus Aristo. et Divi Thomae, Aristo enim lectione 3. apud Divum Thomam afferit modum procedendi in hac scientia non esse tam certum, sicut in aliis scientiis, quia materia hoc non patitur, et esse indisciplinati ingenii, quaerere aequalem certitudinem in omnibus, disciplinati vero quaerere illam, quam patitur materia certitudinem; sicuti siquis quaereret mathematicum persuadentem, et rethoricum demonstrantem: ergo haec scientia procedit demonstrative: sed finis demonstrationis est resolvere conclusiones in sua prima principia, quod est procedere modo speculativo et resolutivo: si enim esset practica, modo compositivo procederet, quod repugnat modo procedendi per demonstrationem: ergo est speculativa scientia et non practica. Et in hac autoritate comparat Aristo. hanc scientiam speculativis: ergo est speculativa; comparatio enim debet esse inter ea, quae sunt ejusdem rationis. [...]"

21 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 3, n. 5: "Quia ad hominem disciplinatum, idest bene instructum, pertinet, ut tantum certitudinem quaerat in unaquaque materia, quantum natura rei patitur. Non enim potest esse tanta certitudo in materia variabili et contingenti, sicut in materia necessaria, semper eodem modo se habente. [...] Propinquum enim peccatum esse videtur, si aliquis auditor acceptet aliquem mathematicum persuasionibus rhetoricis utentem, et si expetat a rhetorico demonstrationes certas, quales debet proferre mathematicus. Utrumque enim contingit ex hoc, quod non consideratur modus materiae conveniens."

22 *Super Boetium De Trinitate*, q. 6, a. 1, corpus (a): "Alio modo dicitur processus rationalis ex termino in quo sistitur procedendo. Ultimus enim terminus, ad quem rationis inquisitio perducere debet, est intellectus principiorum, in quae resolvendo iudicamus; quod quidem quando fit non dicitur processus vel probatio rationabilis, sed demonstrativa. Quandoque autem inquisitio rationis non potest usque ad praedictum terminum perduci, sed sistitur in ipsa inquisitione, quando

pode ser realizado pela ação humana, de que se ocupa a ciência moral, em razão de sua contingência[23].

2ª passagem: um modo procede a partir dos princípios, e das causas aos efeitos, e outro modo procede dos efeitos às causas. No primeiro modo, procede-se por demonstração *a priori*; no segundo modo, procede-se *a posteriori* (livro 1, lição 4). A partir disso, Sánchez argumenta que a filosofia moral é ciência especulativa, uma vez que é um hábito adquirido por demonstração, e procede de modo resolutivo[24].

Isso não confere com Tomás, pois, nessa passagem citada, Tomás, primeiramente, estabelece que há dois modos de raciocinar: um chamado de demonstração *propter quid*, que procede a partir dos princípios ou causas para os efeitos, e outro chamado de demonstração *quia*, que procede a partir dos efeitos para as causas ou princípios[25]. Para saber qual modo de proceder deve ser usado em uma determinada matéria, deve-se partir do que é mais conhecido para o que é menos conhecido. Mas algumas coisas são mais conhecidas para nós e outras são mais conhecidas em si mesmas. E devemos começar pelo que é mais conhecido para nós. Se o que é mais conhecido em si mesmo é idêntico ao que é mais conhecido para nós, o raciocínio deve partir dos princípios para os efeitos, como na matemática. Mas, se o que é mais conhecido em si mesmo é diferente do que é mais conhecido para nós, o raciocínio deve proceder dos efeitos para as causas, como na ciência natural e na ciência moral[26]. Por isso, requer-se que o ouvinte da ciência moral conheça por experiência própria as ações virtuosas e a vida social, para que ele tome como princípio que tal coisa é assim[27]. Então, para agir, ele não precisará ter demonstrações sobre o porquê (*propter quid*), que são buscadas principalmente nas ciências especulativas[28].

---

scilicet inquirenti adhuc manet via ad utrumlibet; et hoc contingit, quando per probabiles rationes proceditur, quae natae sunt facere opinionem vel fidem, non scientiam. Et sic rationabilis processus dividitur contra demonstrativum."

23 *Super Boetium De Trinitate*, q. 6, a. 1, ad 4 (a): "Ratiocinativo autem vel opinativo attribuit philosophus ibidem agibilia humana, de quibus est scientia moralis, ratione suae contingentiae."

24 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Et lectione 4. afferit D. Thomas ex Aristo. ibidem quod in hac sicentia modo proceditur a principiis, et causis ad effectus, modo ab effectibus ad causas. Primo modo proceditur demonstratione a priori, secundo modo a posteriori: ergo moralis est scientia speculativa; siquidem est habitus acquisitus per demonstrationem, et procedit resolutivo modo, quod non potest competere habitui practico, ut supra dictum fuit."

25 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 9: "Et assignat differentiam in processu ratiocinandi. Quia quaedam rationes sunt, quae procedunt a principiis, id est a causis in effectus: sicut demonstrationes propter quid. Quaedam autem e converso ab effectibus ad causas sive principia, quae non demonstrant propter quid, sed solum quia ita est."

26 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 10: "Et ut accipiatur quo ordine oporteat procedere in qualibet materia, considerandum est quod semper oportet incipere a magis cognitis, quia per notiora devenimus ad ignota. Sunt autem aliqua notiora dupliciter. Quaedam quidem quoad nos, sicut composita et sensibilia, quaedam simpliciter et quoad naturam, scilicet simplicia et intelligibilia. Et quia nobis ratiocinando notitiam acquirimus, oportet quod procedamus ab his quae sunt magis nota nobis; et si quidem eadem sint nobis magis nota et simpliciter, tunc ratio procedit a principiis, sicut in mathematicis. Si autem sint alia magis nota simpliciter et alia quoad nos, tunc oportet e converso procedere, sicut in naturalibus et moralibus."

27 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 11: "Deinde cum dicit propter quod oportet etc., ostendit qualiter oportet esse dispositum talium auditorem. Et dicit, quod quia in moralibus oportet incipere ab his quae sunt magis nota quoad nos, id est a quibusdam effectibus consideratis circa actus humanos, oportet illum, qui sufficiens auditor vult esse moralis scientiae quod sit bene manuductus et exercitatus in consuetudinibus humanae vitae, idest de bonis exterioribus et iustis, idest de operibus virtutum, et universaliter de omnibus civilibus, sicut sunt leges et ordines politiarum et si qua alia sunt huiusmodi. Quia oportet in moralibus accipere, ut principium, quia ita est. Quod quidem accipitur per experientiam et consuetudinem; puta quod concupiscentiae per abstinentiam superantur."

28 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 12: "Et si hoc sit manifestum alicui, non multum necessarium est ei ad operandum cognoscere propter quid, sicut et medico sufficit ad sanandum scire quod haec herba curat talem aegritudinem.

A seguir, Sánchez cita uma passagem do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 3): "quanto à ciência moral, embora seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como é patente no livro da Ética". A partir disso, Sánchez argumenta o seguinte: se a ciência moral fosse ciência prática, o ato de virtude deveria ser, por necessidade, feito por ela; pois a ciência prática é a operadora do ato ao qual se ordena, e, se não é a operadora, não pode ser ciência prática. Então, Sánchez pergunta: o que Tomás quer dizer ao afirmar que a ciência moral é em vista da operação? E Sánchez responde: Tomás pode querer dizer duas coisas: (1) que a ciência moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a faz; e (2) que a ciência moral é em vista da operação desde fora[29].

Isso não confere com Tomás, pois é muito mais simples admitir que Tomás, nessa passagem citada, identifica a ciência moral com a prudência, que pode perfeitamente ser a operadora do ato ao qual se ordena, e desde dentro.

Em seguida, Sánchez cita uma passagem de Jerônimo, que afirma que a filosofia é dividida em natural, ética e racional. A partir disso, Sánchez argumenta: a divisão do hábito em prático e especulativo é anterior à divisão da filosofia em natural, ética e racional, e assim toda a filosofia está contida por necessidade sob o hábito especulativo, pois a ciência natural e a racional não podem ser práticas[30].

Isso não confere com Tomás, pois contradiz completamente uma passagem do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 4), que ensina que, na filosofia, a distinção entre o especulativo e o prático é tomada da distinção do fim da felicidade, que é o fim ao qual toda a vida humana se ordena. Mas a felicidade é distinguida em contemplativa e ativa, como diz Aristóteles. Logo, a filosofia deve ser dividida em uma parte especulativa (contemplativa) e outra prática (ativa). A parte especulativa abrange a ciência natural e a racional, ao passo que a parte prática abrange a ciência moral[31].

Cognoscere autem propter quid requiritur ad sciendum, quod principaliter intenditur in scientiis speculativis."

29 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Et D. Thomas super Boetium de Trinitate (opus 70, art. I) dicit in haec verba. Quod quamvis scientia moralis sit propter operationem, tamen illa operatio non est actus scientiae, sed virtutis, ut patet 5 Ethicorum. Ex quo sic argumentor: Si esset scientia practica ex necessitate deberet virtutis actus fieri ab illa: quia scientia practica est operativa actus, ad quem ordinatur, et si non est operativa, nequit esse scientia practica. Sed quid vult dicere Divus Thomas cum afferit, quod scientia moralis est propter operationem? Respondetur dupliciter, uno modo, quod est propter operationem speculandam, nam respicit operationem et non facit illam; ergo speculatur illam. Secundo dico, quod est ab extrinseco propter illam, ut dicemus conclusione secunda."

30 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Ultimo argumentor auctoritate D. Hieronymi, qui in homilia 1. Super Cantica dividit philosophiam in philosophiam naturalem, Ethicam et rationalem, et est antiquissima divisio haec. Ex quo sic argumentor: philosophia, quae sic dividitur, est habitus et finitus: ergo practicus, vel speculativus. Si speculativus, ergo philosophia moralis est scientia speculativa; nam de illa praedicatur philosophia, quae dividitur. Si est practicus, ergo philosophia; naturalis, et logica sunt habitus practici, quod est falsum. Consequentia probatur, quia de illis praedicatur divisum. Si dicas, quod abstrahit a practico, et speculativo, contra; nam divisio habituum sic est facienda: habitus alius operativus, alius non operativus: rursus habitus operativus, alius practicus, alius speculativus, inquiro an illa philosophia divisa contineatur sub habitu operativo, et apertum est contineri: ergo vel est practicus, vel speculativus, nec potest abstrahere, nam prior est divisio habitus in practicum et speculativum, quam sit divisio philosophiae in naturalem, ethicam, et rationalem, et sic philosophia ex necessitate continetur sub speculativo habitu."

31 *Super Boetium De Trinitate*, q. 5, a. 1, ad 4: "Hoc tamen interest, cum in hoc dividitur philosophia totalis et artes, quod in divisione philosophiae habetur respectus ad finem beatitudinis, ad quem tota humana vita ordinatur. Ut enim dicit Augustinus XX de civitate Dei ex verbis Varronis, nulla est homini alia causa philosophandi nisi ut beatus sit. Unde cum duplex felicitas a philosophis ponatur, una contemplativa et alia activa, ut patet in X Ethicorum, secundum hoc

Segunda conclusão. A operação da virtude se conecta com a ciência moral não como um fim ao qual esta ciência se ordena por sua natureza, mas como um efeito por acidente, que, às vezes, experimenta algo próprio, em razão da maior conexão que a operação da virtude tem com o conhecimento de sua própria natureza do que com o conhecimento da imortalidade da alma[32].

Isso não confere com Tomás, pois a ciência moral, se for considerada como sendo a prudência, ordena-se à operação reta como ao fim ao qual é ordenada por sua natureza. Além disso, a prudência é uma virtude intelectual, e por isso é gerada e aumentada pelo ensino (*doctrina*) e pela experiência (ver *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 2, lição 1[33]).

3 SOLUÇÕES AOS ARGUMENTOS INICIAIS

Resposta ao primeiro. A ciência moral se reduz à ciência física e abstrai da matéria sensível singular[34]. Isso não confere com Tomás, pois Tomás nunca afirmou isso.

Resposta ao segundo. Os princípios da filosofia moral são especulativos, assim como suas conclusões[35]. Isso não confere com Tomás, pois Tomás nunca afirmou isso.

Resposta ao terceiro. Na passagem citada da *Metafísica*, não é a ciência que é dividida em especulativa e prática, mas o hábito[36]. Isso confere parcialmente com Tomás, pois Tomás admite a existência de ciências especulativas e ciências práticas, mas ele pode admitir também que as ciências especulativas pertencem às virtudes intelectuais especulativas como a sabedoria, a ciência e o entendimento, e que as ciências práticas pertencem às virtudes intelectuais práticas como a prudência e a arte[37]. Para Sánchez, não existe nenhuma ciência prática na ordem natural, mas o que ele considera como ciência

---

etiam duas partes philosophiae distinxerunt, moralem dicentes practicam, naturalem et rationalem dicentes theoricam."

32 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Ad cognitionem speculativam, quae est finis hujus scientiae, consequitur aliquando operatio studiosa, de potiori ratione, quam ad cognitionem animae rationalis, et ita habet maiorem connexionem recta operatio cum hac speculativa scientia, quam cum reliquis scientiis speculativis. [...] Operatio enim virtutis in hac scientia connectitur non tanquam finis, ad quem haec sicientia ex natura sua ordinatur, sed tanquam effectus per accidens, qui aliquando sapit aliquid proprii propter maiorem connexionem, quam habet virtutis operatio studiosa, cum cognitione naturae ejusdem, quam cum cognitione immortalitatis animae. Idem enim objectum est materialiter hujus scientiae, et virtutis in communi, et operationis studiosae ad modum, quo est idem objectum materiale artis domificandi, et scientiae, qua ejusdem domus natura cognoscitur, per resolutionem in sua principia. Et ita propter hanc materialem cognationem et affinitatem, magis haec scientia allicit ad virtutem, quam reliquae speculativae."

33 *Sententia libri Ethicorum*, livro 2, lição 1, n. 2: "Dicit ergo primo quod, cum duplex sit virtus, scilicet intellectualis et moralis, intellectualis virtus secundum plurimum et generatur et augetur ex doctrina. [...] Ideo consequens est quod intellectualis virtus indigeat experimento longi temporis."

34 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 1: "Ad primum argumentum respondetur, quod objetum hujus scientiae sit homo libere operans propter finem, seu operatio recta hominis propter finem. Et ita reducitur haec scientia ad scientiam physicam, et abstrahunt a materia sensibili singulari, circa hoc subjectum. Non enim haec scientia habet immaterialitatem, quia includit in sui ratione sensibilem materiam: nam considerat hominem libere operantem, prout movetur motu irae, et tristitiae, et prout in passionibus his medium constitut per virtutes. Hujusmodi enim passiones non sunt sine qualitatibus sensibilibus. [...]"

35 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 2: "Ad secundum respondetur, quod principia hujus scientiae sunt speculativa, sicut et conclusiones; sicuti principia omnium aliarum scientiarum. Nam haec sicuti illae speculativa est: illa enim sunt principia moralium virtutum, quae recta opera exequuntur."

36 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 3: "Ad tertium respondetur, quod ibi habitus dividitur in practicum, et speculativum, ut duodecima quaestione solutione ad primum, et prima conclusione dictum fuit."

37 Tomás enumera essas virtudes intelectuais no *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 6, lição 3, n. 2, e as distingue em especulativas e práticas no *Comentário à Metafísica*, livro 1, lição 1, n. 34.

prática é uma ciência que seja simultaneamente especulativa e prática, isto é, que proceda simultaneamente de modo especulativo e de modo prático. Tomás, porém, usa a expressão "ciência prática" muitíssimas vezes e em nenhuma vez a considera no sentido que Sánchez lhe dá.

Resposta ao quarto. A filosofia moral não ensina a operar, mas é demonstrativa. A operação reta é seu fim por acidente[38]. Isso não confere com Tomás, pois, se a filosofia moral for considerada como sendo a prudência, a operação é seu fim intrínseco, e o seu modo de proceder pode ser chamado de raciocinativo por parte do termo no qual se detém, que se contradistingue do modo demonstrativo.

Resposta ao quinto. Na passagem citada da *Suma de Teologia*, Tomás nem afirmou, nem negou, que as ciências morais são práticas[39]. Isso confere.

Resposta ao sexto. Sánchez comenta as oito passagens citadas. 1ª: a operação é o fim por acidente ou secundário, e o conhecimento é o fim intrínseco; o seguidor das paixões não alcança a operação reta, mas pode alcançar o conhecimento[40]. 2ª: as obras são o fim por acidente, e não se discutem questões que não pertençam à obra, mas elas são discutidas de modo especulativo[41]. 3ª: a operação é o fim secundário e por acidente, e, para que ela seja alcançada, não é necessário conhecimento *a priori*, mas basta conhecê-la de um modo qualquer; pois alguém pode ser perfeitamente dotado de virtudes, sem ser dotado desta ciência[42]. 4ª: às vezes, segue-se operação virtuosa da filosofia moral, mas como fim por acidente[43]. 5ª: a operação é o fim secundário, mas o que é ordenado à obra e procede de modo compositivo é a prudência, que Tomás chama de ciência moral (esta solução pode acomodar todas estas passagens)[44]. 6ª: a política é a prudência política[45].

38 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 4: "Ad quartum respondetur, philosophia moralem totam versari in considerando natura ultimi finis, et virtutum, de quibus multa demonstrat. Ut, quod beatitudo hominis non possit in divitiis consistere, quod virtus in medio consistat, et quod virtuti, honor et praemium debeatur et alia hujusmodi. Si autem ad hanc scientiam consequitur recta operatio, hoc est modo iam a nobis dicto in secunda conclusione."

39 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 5: "Ad quintum respondetur, quod, licet lex sit aliquid practicum tamen naturam legis considerare, et ejus passiones, hoc sit ab hac scientia speculativo modo. D. vero Thomas nec afferuit, nec negavit scientias morales esse practicas in I.p.q.I.art.4. quia illud non multo suo proposito attinebat."

40 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad sextum, et ad primam auctoritatem respondetur, quod finem per accidens consecutus, ut dictum est secunda conclusione, est operatio, et qui sectantur passiones, non consequuntur hunc finem: qui est operari recte, licet consequantur intrinsecum finem, qui est naturam virtutum et operationis humanae cognoscere. Potest enim bonus philosophus esse malus homo, nec est aptus auditor, passionum sectator ad hunc finem secundarium consequendum."

41 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad secundam auctoritatem respondetur, quod opera sunt finis per accidens hujus scientiae. Et non sunt in haccscientia disputandae quaestiones, quae non pertineant ad opus, quia objectum hujus scientiae est actio humana: et non sunt aliae tractandae quaestiones, nisi quae ad cognoscendam perfecte actionis humanae naturam conducant, speculative tamen est hoc agendum."

42 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad tertiam auctoritatem D. Thomae respondetur, quod ibi agit de fine secundario, et per accidens hujus scientiae. Ad illum enim consequendum non est necessaria cognitio a priori, sed sufficit cognoscere illud quomodocumque: nam perfecte potest aliquis virtutibus, sine hac scientia esse praeditus."

43 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad quartam Divi Thomae auctoritatem respondetur quod vocatur operativa haec scientia ratione dicta in secunda conclusione. Et si fiat argumentum, sequitur, quod scientia de anima sit dicenda operativa, quia sequitur aliquando ex illa operatio, respondetur quod non tam frequenter (ut dictum est secunda conclusione) nec eodem modo."

44 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad quintam auctoritatem Divi Thomae respondetur dupliciter. Primo quod loquitur respectu finis secundarii. Secundo respondetur (et haec solutio potest his omnibus autoritatibus accomodari) quod loquitur D. Thomas de prudentia; et hanc vocat scientiam moralem, seu cognitionem moralem, quae ordinatur ad opus et procedit modo compositivo. Et vehementer suspicor hunc fuisse D. Thomae sensum."

45 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Et magis patebit respondendo ad sextam auctoritatem, in qua aperte loquitur de

7ª e 8ª: as ciências ativas são as espécies de prudência, ou têm a operação como fim secundário e por acidente[46].

Tudo isso confere pela metade com Tomás, na medida em que Sánchez admite que, a respeito de todas essas passagens, a filosofia moral pode ser considerada como sendo idêntica à prudência. Quanto à primeira passagem, o fato de que o seguidor das paixões pode alcançar o conhecimento, mas não a ação, não torna essencialmente especulativa a filosofia moral, pois o seguidor das paixões não é um bom ouvinte desta ciência. Quanto à segunda, o modo de proceder da filosofia moral não é o mesmo que o das ciências especulativas. Quanto à terceira, é verdade que não é necessário conhecer a *Ética a Nicômaco* para operar retamente, mas também é verdade que a operação reta e instruída pela filosofia moral é o fim intrínseco desta ciência, visto que esta ciência requer que o seu ouvinte tenha experiência e retidão moral como condições para o aprendizado, e só tal ouvinte poderá entender as demonstrações *quia*, próprias desta ciência. Quanto à quarta, o fim intrínseco da filosofia moral, se esta for considerada como idêntica à prudência, é a operação. Quanto à quinta, a prudência certamente é ordenada à operação e procede de modo compositivo. Quanto à sexta, a política certamente é uma das espécies de prudência, e a mais nobre. E quanto à sétima e à oitava, aquilo que Tomás chama de ciência ativa pode certamente ser considerado como idêntico à prudência.

CONCLUSÃO

Enfim, as minhas considerações finais serão apresentadas em sete temas que se relacionam com os pontos principais da tese de Sánchez. Ademais, considerarei também a relação entre a tese de Sánchez e a tese dos "graus do saber".

Primeiro tema: as ciências especulativas (ver primeira objeção). Tomás reconhece apenas três ciências especulativas, as mesmas que Aristóteles enumera na *Metafísica* (livro 6): a física (ou natural), a matemática e a metafísica (ou divina). Tomás estuda essas ciências especulativas no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (questões 5 e 6), e nessa obra ele determina que elas são distinguidas de acordo com os seus objetos especuláveis, isto é, de acordo com o modo de afastamento da matéria e do movimento que cada um de tais objetos possui. Ainda nessa obra, Tomás apresenta a ciência moral não como uma ciência especulativa, mas como uma ciência prática, tendo por fim a operação de virtude, por matéria uma matéria operável, e por modo de proceder o modo raciocinativo.
Segundo tema: os princípios e as conclusões da ciência moral (ver segunda objeção). No *Comentário à Ética a Nicômaco* (livro 1, lição 3), Tomás afirma que, no modo de proceder

prudentia politica, quae est omni prudentia excellentior, quia habet finem excellentiorem. Nam patet 2.2.quaestio.47. artic.11 et quaestio 50 per totam quaestionem, triplex est prudentia, monastica, aeconomica, et politica. Et haec ultima est excellentior, ut ibi videre licet."

46 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: "Ad ultimum locum respondetur, quod ibidem Arist. non loquitur, nisi de scientiis activis, haec autem sunt diversae prudentiae specie. Vel scientias, quas morales vocamus, activas vocat, est ratione finis secundarii, et per accidens."

da ciência moral, deve-se buscar uma conformidade entre os princípios e as conclusões. Mas os princípios dessa ciência são variáveis ou inexatos, portanto o professor e o ouvinte dessa ciência devem buscar aquela conformidade da seguinte maneira. O professor deve apresentar a verdade de três maneiras: (1) como um esboço sumário, procedendo de modo compositivo; (2) como um delineamento ou uma aproximação; e (3) falando dos eventos tais como ocorrem na maioria dos casos. O ouvinte deve aceitar a inexatidão do modo de proceder do professor, e por isso deve conhecer a matéria da filosofia moral por experiência própria e com retidão moral, não podendo ser jovem e nem um seguidor das paixões.

Terceiro tema: a ciência ou o hábito. Na terceira objeção, Sánchez cita uma passagem da *Metafísica* (livro 6) em que se afirma que a ciência natural é especulativa, pois não é prática, ou seja, não é ativa nem produtiva. E a objeção argumenta que só a ciência moral é uma ciência prática, pois a arte não é uma ciência, porque não procede por demonstração. Na resposta a esta objeção, Sánchez afirma que o que tal passagem mostra não é que a ciência é dividida em especulativa e prática, mas que o hábito é que é dividido em especulativo e prático. O que Sánchez dá por pressuposto na objeção é que alguém está argumentando que existe uma ciência especulativa que pode ser prática, isto é, que pode ser simultaneamente especulativa (demonstrativa) e prática, e a ciência moral pode ser esta ciência. Então, na resposta à objeção, Sánchez procura desfazer o erro afirmando que é o hábito que se divide em especulativo e prático, querendo dizer com isso que, na passagem citada, deve-se entender que se está falando da divisão dos hábitos (ou virtudes) intelectuais, e a ciência natural corresponderia à virtude intelectual especulativa da ciência, a ciência ativa corresponderia à virtude intelectual prática da prudência, e a ciência produtiva corresponderia à virtude intelectual prática da arte. No entanto, Tomás nunca usou a expressão “ciência prática” no sentido em que a objeção a considera, isto é, como uma ciência simultaneamente especulativa e prática, mas ele poderia aceitar que as ciências práticas pertencem às virtudes intelectuais práticas da prudência e da arte.

Quarto tema: o modo de proceder da filosofia moral. Há três passagens em que Tomás trata desse assunto. A primeira foi discutida acima, no segundo tema, quanto aos princípios e conclusões da filosofia moral. A segunda está no *Comentário à Ética a Nicômaco* (livro 1, lição 4), onde Tomás explica que, na filosofia moral, deve-se usar o raciocínio do tipo “*quia*”, que parte dos efeitos para as causas ou princípios, ou seja, que parte do que é mais conhecido para nós para o que é mais conhecido em si mesmo, e por isso requer-se que o ouvinte desta ciência conheça por experiência própria a matéria moral, ou seja, as ações virtuosas e a vida social. E a terceira passagem, que Sánchez jamais cita, está no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 6, a. 1, corpus a, e ad 4 a), em que Tomás afirma que o modo de proceder da filosofia moral pode ser chamado de raciocinativo por parte do termo no qual se detém, porque versa sobre o que pode ser realizado pela ação humana (que é contingente), e, ao invés de conduzir à intelecção dos princípios e proceder de modo resolutivo e demonstrativo, detém-se na própria investigação, procedendo por razões prováveis, que produzem opinião ou fé e não ciência.

Quinto tema: a divisão tripartida da filosofia (ver "decisão da questão", primeira conclusão). Sánchez afirma que Jerônimo divide a filosofia em natural, ética e racional, mas a filosofia inteira está contida sob o hábito especulativo, e por isso a ciência moral é especulativa. Porém, no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 4), Tomás afirma que a filosofia, uma vez dividida em natural, ética e racional, pode ser depois dividida em especulativa e prática, de acordo com o fim da felicidade, e assim a ciência natural e a racional são ciências especulativas, pois têm por fim a felicidade contemplativa, ao passo que a ciência moral é uma ciência prática, pois tem por fim a felicidade ativa. **Sexto tema**: a relação entre a ciência moral e a operação (ver "decisão da questão", segunda conclusão). Sánchez argumenta que a operação da virtude é um efeito por acidente ou secundário da filosofia moral. No entanto, se a filosofia moral for considerada como idêntica à prudência, a operação reta será o seu fim intrínseco. A prudência é uma virtude intelectual que é gerada e aumentada pelo ensino e pela experiência. Ou seja, ela contém conhecimento, que pode ser adquirido por aprendizado ou por descoberta, mas todo esse conhecimento é aplicável à operação. **Sétimo tema**: a prudência. Para Tomás, a prudência é ordenada à operação e procede de modo compositivo (ver *Suma de Teologia*, II-II, q. 47, a. 3), tem como uma de suas espécies a política (ver *Suma de Teologia*, II-II, q. 47, a. 11, e q. 50), e é idêntica à ciência ativa e à ciência moral (ver Sánchez, resposta à sexta objeção).

Em seu livro *Filosofía del saber*[47], Leopoldo Eulogio Palacios procura mostrar como a tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral (também desenvolvida por João de Santo Tomás) pode ser conciliada com a tese, tornada famosa por Jacques Maritain[48], dos "graus do saber". Palacios começa por reconhecer a existência de quatro "graus do saber", concebidos por Tomás de Aquino principalmente em duas passagens: *Suma de Teologia* (I, q. 14, a. 16) e *Questões Disputadas Sobre a Verdade* (q. 3, a. 3). Há uma ciência chamada (1) "apenas especulativa", que tem por objeto um objeto não operável; há uma ciência chamada (2) "especulativa quanto ao modo de conhecer e prática sob outro aspecto", que procede de modo especulativo a respeito de um objeto operável; há uma ciência chamada (3) "especulativa quanto ao fim e prática sob outro aspecto", que tem por fim a consideração da verdade a respeito de um objeto operável; e há uma ciência chamada (4) "apenas prática", que tem por fim a operação. Palacios, então, busca saber a qual dessas ciências a ciência moral pertence. E ele começa por excluir a primeira, que ele identifica com as ciências especulativas, e também a quarta, que ele identifica com a prudência e a sindérese. E chega à conclusão de que a ciência moral pertence à ciência do terceiro tipo, porque ela procede de modo prático (ou compositivo) a respeito de um objeto operável. Porém, ele diz que não contradiria autores como João de Santo Tomás e

---

47 Ver PALACIOS, Leopoldo Eulogio. *Filosofía del saber*. Madrid: Editorial Gredos, 1962, pp. 377-392.
48 Ver MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge.* Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959, Capítulo VIII e Anexo VII.

Juan Sánchez Sedeño, que conceberiam a ciência moral como uma ciência do segundo tipo (assim como Jacques Maritain também a concebeu). Em minha opinião, entretanto, a filosofia moral deve ser identificada com o saber do quarto tipo, isto é, com a prudência, pois Tomás nunca atribuiu à *Ética a Nicômaco* um objeto não operável, nem um modo de proceder especulativo, nem um fim especulativo.

CAPÍTULO 3

JACQUES MARITAIN E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

Data de aceite: 01/08/2024

André Ricardo Randazzo Gomes

INTRODUÇÃO

Jacques Maritain (1882-1973) é conhecido por se apresentar como um filósofo cristão e por propor o conceito de uma filosofia moral cristã, que ele também chama de filosofia moral adequadamente considerada. Não faltam estudos, nem críticas, sobre este conceito, que implica uma filosofia moral iluminada pela teologia sagrada e subalternada a esta. Entretanto, dificilmente se encontram estudos que se concentrem no conceito proposto por Maritain de filosofia moral inadequadamente considerada, também chamada por ele de filosofia moral puramente filosófica ou puramente natural. Neste capítulo, pretendo examinar como Maritain, alegando inspirar-se em Tomás de Aquino, caracteriza este segundo conceito. Para isso, tomarei três obras de Maritain - *Distinguir para unir ou os graus do saber*[1], *Um ensaio sobre a filosofia cristã*[2], e *Ciência e sabedoria*[3], nunca traduzidas ao português - e estudarei as afirmações que Maritain faz sobre a filosofia moral de Aristóteles e sobre o *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*. Procurarei respostas para duas questões: (1) se, para Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma ciência prática ou uma ciência especulativa; e (2) se, para Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma filosofia moral adequada ou inadequada. Por isso, não considerarei a obra *A filosofia moral: Exame histórico e crítico dos grandes sistemas*[4], porque ali Maritain não desenvolve reflexões no sentido de responder tais questões.

Em uma primeira parte, apresentarei os textos em que Maritain trata do conceito

1 MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.
2 MARITAIN, Jacques. *An essay on Christian philosophy*. Translated by Edward H. Flannery. New York: Philosophical Library, 1955.
3 MARITAIN, Jacques. *Science and wisdom*. Translated by Bernard Wall. London: Geoffrey Bles, 1940.
4 MARITAIN, Jacques. *A filosofia moral: Exame histórico e crítico dos grandes sistemas*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

de filosofia moral puramente filosófica. Nesta parte, seguirei a ordem textual na qual o próprio Maritain expõe a sua argumentação e citarei em notas de rodapé os próprios textos, a fim de evitar injustiças que alguns críticos de Maritain cometem, ao não mostrarem muito conhecimento dos textos do autor. Citarei até mesmo alguns textos em que Maritain resume o que propõe como filosofia moral adequadamente considerada, para que se possa ver melhor a distinção entre este tipo de filosofia e a filosofia moral puramente filosófica. Em uma segunda parte, apresentarei a minha interpretação dos textos citados, buscando identificar as principais teses envolvidas neles. E ao final, procurarei mostrar, ainda que brevemente, como Jacques Maritain e Tomás de Aquino responderiam às duas questões mencionadas acima.

1 OS TEXTOS DE JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL PURAMENTE FILOSÓFICA

No livro *Distinguir para unir ou os graus do saber*, o objetivo do Capítulo VIII, intitulado "São João da Cruz, praticante da contemplação", é comparar a doutrina de João da Cruz com a doutrina de Tomás de Aquino. João da Cruz é chamado de doutor da sabedoria incomunicável, ao passo que Tomás de Aquino é chamado de doutor da sabedoria comunicável. E para comparar essas doutrinas, deve-se enfatizar a noção de ciência prática.

Na ciência prática, a mente busca conhecer não para conhecer, mas para agir; ela busca adquirir, a respeito de um objeto prático (um ato a ser feito), uma ciência que procede de maneira prática quanto às suas finalidades e às condições do objeto, mas que permanece no modo especulativo ou explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental, e considera o universo da ação e os valores operativos desde o ponto de vista de suas razões de ser e das estruturas inteligíveis imanentes neste universo. Isso é o que Aristóteles chamou de filosofia prática: a ética, a economia, etc. Essa filosofia prática não é suficiente para regular a ação. Ela conhece de modo teórico, especulativo e explanatório coisas que precisam ser não apenas explicadas, mas feitas. Ela reúne em um sistema científico todo o conhecimento necessário para regular a ação desde longe. O filósofo mais competente em matéria ética pode ficar desconcertado com o menor ato a ser feito e pode talvez levar uma vida imoral[5].

---

5 *Distinguir para unir*, pp. 311-313: "the mind takes as its concern human action going on in that world and, philosophizing, this time in the practical order, seeks to know, no longer for the sake of knowing but for the sake of acting; it seeks to acquire, respecting an object which is something practical (an act to be done), a science which proceeds in a practical manner in regard to its own finalities and the conditions of the object, but nevertheless remains speculative or explanatory in mode in regard to the general or fundamental cognitional equipment, and considers the universe of action and operative values from the point of view of its *raisons d'etre* and the intelligible structures immanent in it. That is what Aristotle called practical philosophy: ethics, economics, etc. [...] The only point we want to bring out here is that practical philosophy does not suffice to regulate action. It knows in a theoretical, speculative, explanatory way things which need not only to be explained but also to be done. It gathers into a scientific system all the knowledge necessary to regulate action from afar [...]. [...] The most expert and competent philosopher in ethical matters can be disconcerted by the smallest act to be done, and he can himself lead an immoral life."

As observações sobre o modo teórico e especulativo da filosofia prática valem também para a teologia em sua função prática. Podemos chamar isso de ciência especulativamente prática. É desde este ponto de vista que Tomás de Aquino lida com assuntos morais[6].

O conhecimento prático correto, como regulador imediato da ação, é a virtude da prudência. Ela julga e comanda o que deve ser feito aqui e agora. Ela é uma virtude intelectual e moral; ela é conectada com as virtudes morais e pressupõe necessariamente a retidão da vontade[7].

Entre a prudência e a ciência especulativamente prática, há uma ciência que pode ser chamada de praticamente prática. Mas quanto ao equipamento cognitivo fundamental ou quanto à estrutura das noções e definições, esta última ciência procede de modo totalmente diferente da ética filosófica ou da teologia moral. O seu modo é prático. Essa ciência reúne tudo o que já é conhecido, todas as explicações, princípios, razões de ser e regras, para preparar todo esse conhecimento para a ação. É nesse sentido que os tomistas ensinam que as ciências práticas procedem de modo compositivo como a arte e a prudência. E assim como a arte e a prudência, essas ciências também pressupõem a retidão da vontade[8].

As ciências praticamente práticas são a ciência do praticante e têm uma dignidade e uma importância muito grandes para a cultura. Em Confúcio encontramos mais uma ciência moral do praticante do que uma ciência do filósofo. E assim também em grandes estadistas. Existem muitos escritores que são não apenas observadores dos homens, mas moralistas, isto é, praticantes da ciência moral; por exemplo: Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, etc.[9]

A ciência prática da contemplação de João da Cruz pode ser chamada de ciência praticamente prática.

O Apêndice VII se intitula “Especulativo e prático”. A Seção I se intitula “Sobre o modo próprio da filosofia moral”. O que a filosofia moral prepara e reúne em vista de operações

---

6 *Distinguir para unir*, pp. 313-314: “our remarks about the theoretical and speculative way in which practical philosophy studies its practical object (human acts) remain equally true of theology in its practical function. The theologian considers and regulates human acts in a speculative and purely intellectual manner. We may say that this is a speculatively practical science. It is from the point of view of this science that St. Thomas deals with moral affairs”.

7 *Distinguir para unir*, p. 314: “Right practical knowledge, as the immediate regulator of action, is the virtue of prudence. It judges and commands what is to be done here and now. As we know, this virtue is both intellectual and moral; it is connected with the moral virtues and necessarily presupposes the rectitude of the will.”

8 *Distinguir para unir*, pp. 314-315: “Is there not an intermediate zone of knowledge between prudence and speculatively practical science? Explicating the principles of St. Thomas, we would answer: Yes! [...] We may call it practically practical science. [...] But as to the fundamental equipment of knowledge itself or as to the structure of notions and definitions, its procedure follows a wholly different mode than does ethics or moral theology. [...] The whole mode of science here is practical. [...] The question is to prepare for action and to assign its proximate rules. [...] It gathers together everything that is already known, all the explanations, principles and *raisons d'etre* [...]. [...] It is in this wholly characteristic sense that Thomists teach that practical sciences (practically practical) proceed *modo compositivo* like art and prudence. Moreover, just as prudence and art presuppose the rectifying of the appetite [...], these practical sciences too [...].

9 *Distinguir para unir*, pp. 315-316: “There is a science of the practitioner as such which is irreducible to a knowledge that is speculative in mode, and whose dignity and importance are truly great for culture. [...] Among many great moralists, Confucius, for example, we find more of a practitioner's science than a philosopher's science. It is likewise with many great statesmen. [...] from Montaigne and Pascal to Nietzsche, from Shakespeare to Racine and Baudelaire, from Swift or Meredith to Balzac and Dostoievsky. These powerful observers of men are not merely observers, they are not “psychologists”; properly speaking, they are moralists — not philosophers but practitioners of the science of morals.”

a ser dirigidas desde longe é um conhecimento cuja estrutura é inteiramente intelectual e cuja verdade não implica regulação pelo reto apetite nem moção afetiva, e que examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível[10].

Na filosofia moral, a verdade consiste no conhecer como fundamento do dirigir; na ciência praticamente prática, a verdade consiste no dirigir, baseado no conhecer; e na prudência, a verdade consiste simplesmente no dirigir. A filosofia moral procede de modo prático quanto às condições do objeto conhecido e ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar[11].

A Seção II se intitula "Observações gerais sobre o especulativo e o prático". Um diagrama mostra o seguinte: (1) ciência especulativa: tem por fim conhecer para conhecer, tem por objeto um objeto de pura especulação, por modo de conhecer o modo especulativo, e como exemplo a filosofia especulativa em geral. (2) ciência especulativamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde longe, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo especulativo quanto à estrutura das ideias, e como exemplos a filosofia moral e a medicina teórica. (3) ciência praticamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde perto, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo prático, e como exemplos as ciências morais práticas e a medicina prática. (4) prudência: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação imediatamente, tem por objeto um objeto operável, e por modo de conhecer o modo prático ao máximo grau (p. 459).

Assim como a progressiva diferenciação das ciências naturais trouxe uma distinção cada vez mais clara entre as disciplinas experimentais e a filosofia da natureza, semelhante diferença deve ser reconhecida entre a filosofia moral e as ciências praticamente práticas, sem quebrar a continuidade efetiva da ordem prática[12].

No estado da natureza decaída e redimida, não é possível uma completa sabedoria moral da ordem puramente filosófica, seja ela especulativa ou prática quanto ao modo. Mas, com a iluminação recebida da teologia e a subalternação à teologia, é possível uma sabedoria filosófica dos atos humanos inteiramente verdadeira[13].

---

10 *Distinguir para unir*, pp. 457-458: "what moral philosophy thus prepares and gathers up in view of operations to be directed from afar, is knowledge whose structure is wholly intellectual, whose truth implies neither regulation by right appetite nor affective motion, and which examines its different objects according to the laws of ontological analysis, *dividendo et resolvendo*, in order to grasp their intelligible constituent."

11 *Distinguir para unir*, p. 458: "Although truth in moral philosophy does not consist purely and simply in *cognoscere* as it does in speculative philosophy, it does at least consist in *cognoscere* as the foundation of *dirigere*, whereas in practically practical science truth consists in *dirigere* indeed, but as based upon *cognoscere*, and in prudence, it consists formally simply and solely in *dirigere* itself. [...] moral philosophy proceeds *modo practico* in respect to the conditions of the object known and the process of reasoning, and *modo speculativo* in respect to the means themselves, of apprehending and judging."

12 *Distinguir para unir*, p. 462: "We believe that just as the progressive differentiation of the sciences has brought out a clearer and clearer distinction between the experimental disciplines and the philosophy of nature, so likewise, and without breaking the effective continuity of the practical order, similar difference should be recognized between moral philosophy and the practically practical moral sciences."

13 *Distinguir para unir*, p. 463: "We do not think that, in the state of fallen and redeemed nature, a complete moral wisdom of the purely philosophical order is possible, be it speculative or practical in mode. But we do think that, by illumination

No livro *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, o Capítulo IV contém uma seção intitulada "Filosofia moral adequadamente considerada".

Ao lidarmos com a ação humana, isto é, com o universo das coisas humanas vistas em seu dinamismo moral e em sua relação com o seu fim próprio, as nossas considerações se tornam práticas e passamos a estar diante de um objeto que se nos apresenta com uma distinção entre natureza e estado: um objeto que é natural em razão de sua essência, mas cujo estado não é puramente natural, mas depende da ordem sobrenatural[14].

O homem não está em um estado de natureza pura; ele é decaído e redimido. Consequentemente, a ética, que abrange todos os assuntos da ação humana, da política e da economia, da psicologia prática, da sociologia, bem como da moralidade individual, a ética, na medida em que considera o homem em seu estado concreto, em seu ser existencial, não é uma disciplina puramente filosófica. De si mesma, ela tem a ver com a teologia, seja para se integrar à teologia, seja para se subalternar a ela[15].

O filósofo não pode abster-se de escrutinar, desde o seu próprio ponto de vista e com suas próprias ferramentas, os assuntos morais, e nem de entrar nesse universo do especificamente humano - mais ainda, no mundo da espiritualidade, da graça e da santidade, porque esse mundo está no centro do universo do homem considerado existencialmente. E assim ficamos diante de uma filosofia que é cristã em um sentido proeminente e estrito: uma filosofia que não pode ser proporcionada ao seu objeto a menos que faça uso de princípios recebidos da fé e da teologia e seja iluminada por eles. Tal seria uma filosofia prática que permanece uma filosofia e procede de acordo com o modo próprio da filosofia, mas que não é puramente e simplesmente uma filosofia. Tal seria uma filosofia que deve, por necessidade, ser uma filosofia sobre-elevada, uma filosofia subalternada à teologia, de modo que ela não represente mal nem distorça o seu objeto[16].

Vale muito a pena destacar a ideia de uma autêntica filosofia das coisas humanas. É de grande interesse reconhecer claramente o verdadeiro lugar dessa filosofia prática

from theology and subalternation to it, an entirely true philosophical wisdom of human acts is possible".

14 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 38-39: "But when we take as our object human action — that universe of man and human things envisaged in their moral dynamism and in relation to their proper end — our considerations take an entirely new turn, in fact, a practical one. [...] For we are face to face with an object which itself presents us with distinction between nature and state: an object which is natural by virtue of its essence, but whose state is not purely natural, and depends on the supernatural order."

15 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 39: "Man is not in a state of pure nature, he is fallen and redeemed. Consequently, ethics, in the widest sense of the word, that is, in so far as it bears on all matters of human action, politics and economics, practical psychology, collective psychology, sociology, as well as individual morality — ethics in so far as it takes man in his concrete state, in his existential being, is not a purely philosophic discipline. Of itself it has to do with theology, either to become integrated with or at least subalternated to theology."

16 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 39-40: "the philosopher cannot possibly refrain from scrutinizing, from his own peculiar standpoint and with his own tools, these same problems, and from entering into this universe of the specifically human — nay more, even into the world of spirituality, grace, and holiness, because this world is at the heart of the universe of man existentially considered. And thus are we brought face to face with a philosophy that is Christian in a pre-eminent and altogether strict sense: a philosophy which cannot be proportioned to its object unless it makes use of principles received from faith and theology, and is enlightened by these latter. Here is a practical philosophy which remains a philosophy and proceeds according to the proper mode of philosophy, yet which is not purely and simply a philosophy. Here is a philosophy which must of necessity be a superelevated philosophy, a philosophy subalternated to theology, if it is not to misrepresent and scientifically distort its object."

adequadamente considerada, ou considerada em seu sentido mais completo, a qual é cristã em razão das características próprias de seu objeto e na qual as luzes da razão e da fé, da filosofia e da teologia, são interconectadas; e reconhecer que esta filosofia tem ainda muitas descobertas a fazer. Quando ela ganhar maior consciência de si mesma, ela irá apreciar o vasto campo que há diante dela[17].

A Nota II se intitula "Sobre a filosofia moral (Esclarecimentos sobre a filosofia moral adequadamente considerada)".

Uma objeção é colocada à postulação da filosofia moral adequadamente considerada. Ela questiona: tal postulação não implica uma rejeição completa de toda ética puramente natural?

Não. Uma moralidade natural existe realmente e o seu papel é absolutamente fundamental, como se evidencia pela teoria das virtudes naturais formulada por Aristóteles, por exemplo. Mas essa moralidade natural não existe separadamente como uma ciência inteiramente verdadeira da conduta, assim como as virtudes naturais não existem como virtudes inteiramente verdadeiras sem a caridade. Essa moralidade natural existe meramente como um quadro estrutural da ciência moral integral, isto é, como um quadro vivo, que é parte de um organismo vivo, e que não é viável - como uma ciência suficientemente completa dos atos humanos e no grau de verdadeira ciência - separadamente desse todo vivo. Ela é incapaz de existência separada como uma ciência da conduta humana; ela pode ser considerada separada somente se for separada por meio de uma abstração e como uma coleção de verdades que é incompleta e fragmentária, incapaz (se tomada sozinha) de alcançar a unidade orgânica que uma ciência deve ter, e de alcançar na mente uma preparação inteiramente correta, ou mesmo remota, do ato que deve ser trazido à existência concreta[18].

Pois faltam duas coisas a essa ética puramente natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. A ciência moral não é uma ciência especulativa, mas sim prática (especulativamente prática), voltada desde o início ao existencial e ao

---

17 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 40: "It is well worth our while thus to disengage the idea of an authentic philosophy of human things. It is, I think, of no small interest for us clearly to recognize the true place of this practical philosophy adequately considered, or taken in its fullest sense, which is Christian by reason of the very characteristics of its object and in which the lights of reason and faith, of philosophy and theology are inter-connected; and to recognize that it has yet many discoveries to make. When it has won a larger measure of self-awareness it will appreciate the vast field that lies before it."

18 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 62: "The view which I have advanced does not entail the dispossession of all purely natural ethics. It is my view that a natural morality really exists, and that its role is absolutely fundamental (as is plainly evidenced, to choose but one example, by the theory of natural virtues which an Aristotle found it possible to formulate) . But this natural morality does not exist separately as a fully true science of conduct (any more than without charity the natural virtues exist as fully true virtues). It exists merely as a structural framework of the integral moral science: a living framework, as it were, which is part of a living organism, and which is not viable — as a science of human acts sufficiently complete and *in gradu verae scientiae* — apart from this living whole. It is incapable of separate existence as a science of human conduct; it can be considered apart only if set off by way of abstraction as a part of this science and as a collection of truths which is incomplete and fragmentary, unable (if taken alone) to achieve the organic unity a science should have, and to achieve in the mind a fully and entirely correct preparation, even remote, of the act which is to be brought into concrete existence."

comportamento real. Como um corpo de doutrina constituindo uma ciência autêntica do comportamento humano, uma ética puramente natural poderia ser apenas a ciência da conduta do homem que está supostamente no estado de natureza pura. E as condições existenciais que esse estado conota não se dão e nunca se deram de fato, mas ocupam o reino da simples possibilidade; em outras palavras, ficam de fora da província da ciência moral[19].

Uma coisa é possuir um conhecimento especulativo da natureza humana, conhecer a essência do ser humano, que permanece inalterada através dos diversos estados de que essa natureza é capaz (isso apesar de que no estado da natureza decaída, mesmo após ter sido restaurada pela graça, ela permanece “ferida”, mas dotada de uma nova força pelo contato com outras feridas, neste caso sagradas); mas outra coisa é ter a ciência prática da conduta do homem no estado de natureza pura. Eu não acho que a ética natural seja tal ciência prática; ela seria ou se tornaria tal ciência (desde que fosse organizada e completada de acordo com outras linhas), se o homem estivesse no estado de natureza pura. Na situação de fato, ela é o conjunto (não construído completamente nem organicamente, nem mesmo enquanto é natural) de verdades práticas ou verdades éticas que dependem apenas da consideração e das exigências da essência do homem. Por essa razão, ela é essencialmente incompleta; pois não é a essência humana que age, mas o homem no concreto, que é conhecido como tal apenas na condição de que tanto a sua essência quanto as suas condições existenciais sejam conhecidas[20].

Portanto, existe apenas uma ciência da conduta humana que é autêntica, completa e capaz de existir como tal no grau de ciência prática: é aquela que leva em consideração tanto a essência quanto o estado, tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Todos os grandes sistemas éticos que ignoram os caminhos da graça, ainda que sejam ricos em verdades parciais, são deficientes[21].

---

19 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 63: “For this it lacks two things: the knowledge of the true ultimate end to which man is actually ordained, and the knowledge of the integral conditions of man’s actual existence. Let us realize at this point that moral science is not a speculative but a practical (speculatively practical) science, from the outset turned toward the existential and toward real behavior. As a body of doctrine constituting an authentic science of human behavior, a purely natural ethic could merely be the science of conduct of man supposedly in the state of pure nature. And precisely the existential conditions which this state connotes are not, and were never given, in actual fact, but occupy the realm of simple possibility; in other words, they fall outside the province of moral science.”

20 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 63-64: “It is one thing to possess a speculative knowledge of human nature, to know the essence of the human being, which remains unchanged throughout the diverse states of which this nature is capable (this despite the fact that in the state of fallen nature, even after having been restored by grace, it remains “wounded,” weakened in its liberty and salutary forces, but given new strength by contact with other wounds, in this instance sacred); it is quite another thing to have the practical science of the conduct of man in the state of pure nature. I do not think natural ethics is such practical science; it would be or would become such (by being organized and completed along other lines) if man were in the state of pure nature. In real fact, it is the ensemble (neither completely nor organically constructed even insofar as just natural) of practical truths or ethical truths which depend on the sole consideration and the sole exigencies of man’s essence. It is for this reason essentially incomplete; for it is not the human essence which acts, but man in the concrete, who is known as such only on condition that both his essence and his existential conditions are known.”

21 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 64: “There is, therefore, only one science of human conduct which is authentic, complete, and capable of existing as such *in gradu scientiae practicae*: it is that one which takes into account at once the essence and the state, the order of nature and the order of grace. All the great ethical systems which are ignorant of the ways of grace, however rich in partial truths they may be, are bound to be deficient.”

A ética de Aristóteles, sobre a qual Tomás de Aquino escreveu um comentário completo, também é deficiente. Ela é a abordagem mais próxima do que a supracitada ciência prática da conduta humana em um estado de natureza pura seria; mas, ainda assim, ela não é tal ciência. O seu notável valor reside em sua riqueza de verdades práticas que derivam da mera consideração da natureza humana. É por isso que ela nos apresenta um grande número de intuições e princípios da ética natural no sentido em que eu a defini, isto é, como uma parte *abstratamente isolada* da ética simplesmente dita, ou ainda como uma *filosofia prática inadequadamente considerada*. É desde este ponto de vista que Tomás de Aquino a comentou. No entanto, seus comentários não devem ser usados sem discernimento, e isso nem sempre é uma coisa fácil. Tomás de Aquino, firme em seu papel claramente definido de comentador, se restringe rigorosamente à interpretação literal do texto de Aristóteles; mas atendendo ao mesmo tempo às exigências da ciência moral, ele integra essa explicação literal tanto quanto possível - explicitamente ou implicitamente, conforme a ocasião - com o sistema completo da ciência moral. Em vista dessa restrição à letra de Aristóteles, nós erraríamos, se tomássemos esses comentários sobre a Ética e sobre a Política como um sistema moral cristão ou como uma formulação adequada e acabada de ciência moral (eles são uma preparação para ela). E em vista da inclinação das interpretações fornecidas, seria igualmente errôneo ver neles uma simples exegese da ética aristotélica (eles são uma exegese de Aristóteles, mas em uma perspectiva mais elevada)[22].

É altamente interessante notar que, no período barroco da Escolástica, a filosofia moral foi colocada em uma posição embaraçosa. Mesmo os melhores tratados, como a *Summa Philosophiae* de Alamannus, podem ser citados como exemplo de tal posição. Os autores dessas obras, por um lado, entenderam a necessidade de uma filosofia moral distinta da teologia. Mas, por outro lado, devido à rotina pedagógica aristotélico-cristã estabelecida, e devido ao fato de que a mente avança ao passo de uma lesma na direção da consciência de sua própria organização interna, eles fracassaram em trazer completamente à luz aquelas características de uma ciência subalternada à teologia, as quais a filosofia moral precisa possuir no instante em que ela é considerada verdadeiramente adequada ao seu objeto e no grau de verdadeira ciência prática[23].

22 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 64-65: “What in the light of all this are we to think of Aristotle s ethics, which St. Thomas commented upon? It too is deficient. It is, if you wish, the closest approach to what the aforesaid practical science of human conduct in a state of pure nature would be; still it is certainly not that science any more than the rest. We should say rather that its outstanding value lies in its wealth of practical truths which stem from the sole consideration of human nature. And that is why it presents us with a great number of insights and principles from natural ethics in the sense I have defined it, that is, an *abstractly isolated* part of ethics purely and simply so-called, or again, *practical philosophy inadequately considered*. It is from this standpoint that St. Thomas commented on it. However, we gather from these remarks that his commentaries ought not to be used without discretion, and that this is not always a simple matter. For St. Thomas, steadfast in his clearly defined role of commentator, rigorously restricts himself to the literal interpretation of Aristotle’s text; but true at the same time to the claims of moral science he integrates this literal explanation as far as possible — explicitly or implicitly as occasion demands — with the complete system of moral science. In view of this restriction to the letter of Aristotle, we should err in taking these commentaries on the Ethics and the Politics for a Christian moral system, or for a finished and adequate formulation of moral science (they are rather a proximate preparation therefor). And in view of the bent of the interpretations furnished, it would be equally erroneous to see in them a simple exegesis of Aristotelian ethics (they are an exegesis of Aristotle, but in a higher perspective).”

23 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 81: “It is highly interesting to note the awkward position into which moral philos-

E então, para que o curso de filosofia pudesse ficar completo, eles ensinaram uma filosofia moral dita puramente filosófica; e então, para que essa "filosofia" pudesse ser verdadeira, e para não desencaminhar as mentes em vez de instruí-las, eles ensinaram sob este título um tipo de fragmentação da teologia moral (da segunda parte da *Suma de Teologia*, para sermos exatos), e ao fazer isso, eles cortaram ou encobriram o nervo vital desta última (a fé e os dados revelados) e o forçaram a entrar no plano da natureza pura, enquanto mantiveram ali uma disposição material e uma ordem ou um método que não eram filosóficos, mas teológicos. Um monstro epistemológico foi o resultado - isto é, o resultado inescapável, visto que eles fracassaram em reconhecer que a filosofia moral é uma ciência subalternada à teologia, isto é, uma filosofia, mas não puramente filosófica[24].

No livro *Ciência e sabedoria*, a Parte Dois se intitula "Reflexões sobre a filosofia moral" e a sua Seção III se intitula "Filosofia moral puramente filosófica".

Coloca-se uma pergunta: nas circunstâncias reais do homem, pode uma moralidade puramente filosófica formar uma verdadeira ciência prática?

No estado de natureza pura, uma ética puramente filosófica seria adequada ao seu objeto e formaria uma autêntica ciência prática. Mas no estado de natureza decaída e redimida em que nós vivemos realmente, uma ciência moral puramente filosófica prescreveria atos bons, porque seria baseada no direito natural. Mas a prescrição de alguns atos bons não é suficiente para formar uma ciência prática[25].

Na condição real da natureza humana, uma ciência moral puramente filosófica não seria capaz de fazer um homem viver bem, e não formaria uma verdadeira ciência prática. Apesar de suas pretensões de ser uma ciência - conhecimento organizado sob princípios e adequado ao seu objeto - ela não seria verdadeiramente prática. Ela seria uma ciência prática que não seria realmente prática - e seria por isso ilusória. Uma filosofia moral puramente filosófica nos forneceria apenas um sistema de fins, regras e virtudes adquiridas. Esse sistema seria, sem dúvida, bom em si mesmo, mas seria apenas um sistema teórico,

---

ophy was forced during the baroque period of Scholasticism. Even the best treatises, like the *Summa Philosophiae* of Alamannus, could be cited as evidence. The authors of these works understood, on the one hand, the need for a moral philosophy distinct from theology. But then, owing to the established Aristotelico-Christian pedagogical routine, and owing to the fact that the mind advances at a snail's pace toward an awareness of its own internal organization, they failed to bring fully to light those characteristics of a science subalternate to theology which moral philosophy must needs possess the moment it is considered truly adequate to its object and *in gradu verae scientiae practicae*."

24 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 81-82: "And so, in order that the course of philosophy might be complete, they taught a so-called purely philosophic moral philosophy; and then, in order that this "philosophy" might be true, and not such as to lead minds astray instead of instructing them, they taught under this heading a sort of fragmentation of moral theology (of the *secunda pars* of the *Summa*, to be exact), and in doing so they cut away or covered over the vital nerve thereof (faith and revealed data) and forced it onto the plane of pure nature, while maintaining therein a material disposition and an order or method which were not philosophic but theological. An epistemological monster was the result — the inescapable result, since they failed to recognize that moral philosophy is a science subalternate to theology, that is, a philosophy, but not purely philosophic."

25 *Ciência e sabedoria*, p. 162: "In the state of pure nature a purely philosophical ethic would be adequate to its object, and would form an authentic practical science, adapted for the direction of human conduct (not immediately on the plane of prudence, but on the plane of practical science). But in the state of fallen and redeemed nature in which we actually live, a purely philosophical moral science would prescribe good acts, because it would be based on natural right — such as not to lie, not to commit injustice, to practise filial piety, etc. But the prescription of certain good acts is not enough to form a practical science [...]."

designado para estabelecer em um estado de bondade uma essência separada, uma criatura da possibilidade, um ser humano outro que o homem que conhecemos[26].

Se um homem tomasse uma tal ciência moral puramente filosófica como um guia para a sua vida, ele certamente seria desencaminhado. As omissões a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural, omissões que se encontram nessa filosofia moral puramente filosófica, falsificariam a direção da vida humana. Embora no mundo da especulação ignorar uma verdade não falsifique um conhecimento, no mundo da prática, onde se deve dar direção à conduta e onde a razão procede de modo compositivo, a ignorância ou a omissão de um elemento necessário à conduta falsifica a própria conduta. Em seu nível de conhecimento por causas e princípios, uma filosofia moral que ignore as condições reais da existência humana e certos princípios dos quais ela depende (um desses princípios, a graça divina, é tão necessária quanto a natureza), tal filosofia é não apenas incompleta, mas incapaz de dirigir a vida humana de modo apropriado[27].

A ética natural realmente existe. Ela estabelece verdades preciosas e fornece ao teólogo instrumentos nocionais indispensáveis. Mas tomada em si mesma, essa filosofia moral inadequadamente considerada é apenas um começo ou esboço de ciência, ou uma massa de materiais filosóficos preparados para a ciência. Se ela tem um caráter verdadeiramente prático, isso é sob a condição de que ela não tenha a pretensão de cruzar o limiar da ciência estrita e formal da conduta humana. Ela só cruza esse limiar quando é integrada como uma parte de um todo vivo em uma ciência moral capaz de organizar de modo científico todos esses materiais, porque ela não ignora o verdadeiro fim último do homem e as condições reais de sua existência[28].

Onde é que, na situação de fato, encontramos uma filosofia moral puramente filosófica, ou uma ética puramente natural? O moralista trabalha com a vida humana. A

---

26 *Ciência e sabedoria*, p. 163: "In the actual condition of human nature, a purely philosophical moral science would not be capable of making a man live well, and would not form a true practical science. For all its claim to be a science — knowledge organised under principles and adequate to its object — it would not be truly practical. It would be a practical science which was not really practical — and for this reason illusory. A purely philosophical moral philosophy would only provide us with a system of ends, of rules, and of achieved virtue (perfectae virtutes). This system would be doubtless good in itself, but it would be a merely theoretical system, designed to establish in a state of goodness a separated essence, a creature of possibility, a human being other than man as we know him."

27 *Ciência e sabedoria*, p. 164: "Thus, if a man were to take such a purely philosophical moral science as a guide for his life, he would surely be led astray. The omissions concerning man's relationship to the supernatural order which are to be found in this purely philosophical moral philosophy would falsify the direction of human life. Though in the world of speculation to ignore a truth does not falsify one's knowledge — theodicy for instance is in no way falsified by its ignorance of the Trinity — yet in the field of practice, where direction must be given to conduct, and where reason proceeds *modo compositivo*, the ignorance or omission of an element necessary to conduct falsifies conduct itself. At its level of knowledge *per causas et principia*, a moral philosophy which ignores the real conditions of human existence and certain of the principles on which it depends — and one of these principles, divine Grace, is as necessary as nature itself — it is not only incomplete, but incapable of directing human life in a proper way."

28 *Ciência e sabedoria*, p. 166: "As I have tried to point out in an earlier work natural ethics really exists. It establishes precious truths and provides the theologian with indispensable notional instruments. But taken in itself, this moral philosophy inadequately considered is only a beginning or sketch of science, or a mass of philosophical materials prepared ready for science. If it has a truly practical character, it is on the condition that it makes no pretence of crossing the threshold of the science, strictly and formally so-called, of human conduct. It only crosses this threshold when it has been integrated as part of a living whole in a moral science capable of organising in scientific fashion all these materials because it does not ignore the true last end of man and the actual conditions of his existence."

sua experiência do homem é a de homens reais - e eles não estão em um estado puro de natureza. Na medida em que a experiência desempenha um papel na filosofia moral (e ela desempenha um papel fundamental) e na medida em que o filósofo respeita os dados da experiência, algo mais do que aquilo que é puramente natural entrará em sua filosofia, mas isso ocorrerá de maneira obscura e implícita, porque ele não consegue discernir isso. Se ele procurar conceptualizar e sistematizar tudo em uma estrutura de pura razão, contando apenas com a ajuda da filosofia, ele construirá, na verdade, não uma filosofia moral puramente filosófica dedicada a um homem possível, mas uma falsa moralidade, designada para o homem tal como ele é, mas com o seu eixo todo torto. Aristóteles escapou desse infortúnio em algum grau, só por causa do caráter não sistemático de sua ética. Mais prudente do que a ética epicúrea e a estoica, a ética aristotélica aparece mais como uma série de esboços e figuras parciais (às vezes muito elaboradas) do que uma ciência organicamente constituída. Além disso, nem mesmo os gregos trabalharam com a natureza pura como o seu material. Essas considerações podem nos ajudar a entender o tipo de benefício que podemos derivar do estudo dos grandes moralistas da antiguidade pagã ou dos não-cristãos de hoje. Quaisquer que sejam as suas deficiências e erros, nós não encontramos uma ética puramente natural em Confúcio, e menos ainda em Ramanuja e Sankara. E tampouco, nos tempos modernos, se encontra uma ética puramente natural em Nietzsche[29].

2 AS TESES ESSENCIAIS DE JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL PURAMENTE FILOSÓFICA

Em *Distinguir para unir ou os graus do saber*, as ciências especulativas e as ciências práticas são distinguidas da seguinte maneira. As ciências especulativas têm por fim o conhecimento em vista do conhecimento, por objeto um objeto de pura especulação (cada ciência especulativa tem um objeto próprio), e por modo de conhecer o modo especulativo. As ciências práticas são distinguidas em três tipos, e podem ser colocadas em uma ordem desde a mais especulativa até a mais prática, da seguinte maneira: primeiro, a ciência especulativamente prática; segundo, a ciência praticamente prática; e terceiro, a prudência.

29 *Ciência e sabedoria*, p. 167: "Where, in real fact, are we to find a purely philosophical moral philosophy, or a purely natural ethic? The moralist works on human life. His experience of man is that of real men — and they are in no pure state of nature. In the measure in which experience plays a part in moral philosophy (and it does so in great measure, and is fundamental), and in the measure in which the philosopher respects the data of experience, something more than what is purely natural will enter into his philosophy: though in an obscure and implicit way, because he is not able to discern it. If he seeks to conceptualise and systematise it all in a texture of pure reason, with the sole aid of philosophy, he will construct, in fact, not a purely philosophical moral philosophy dedicated to a *homo possibilis*, like that to which we have just referred, but a false morality, designed for man as he is but with its axis all awry. Aristotle escaped this misfortune in some degree only because of the unsystematic character of his ethics: more prudent than the Epicurean and the Stoic, it appears rather as a series of sketches and partial pictures (sometimes very elaborate) than as an organically constituted science. Moreover, even the Greeks did not work on pure nature as their material. These considerations may help us to understand the sort of profit we can derive from studying the great moralists of pagan antiquity, or the non-Christians of to-day. Whatever their deficiencies and errors, we do not find a purely natural ethic in Confucius: still less in Ramanuja and Sankara. Nor, in modem times, is a purely natural ethic to be found in Nietzsche."

A prudência não é exatamente uma ciência, e sim um tipo de saber, isto é, o saber prático correto, que regula e dirige imediatamente a ação, julgando e comandando a ação que deve ser feita aqui e agora. Ela é uma virtude intelectual e moral; é conectada com as virtudes morais e pressupõe o reto apetite. O seu fim é o conhecimento em vista da ação, o seu objeto é um objeto operável, e o seu modo de conhecer é o modo prático ao máximo grau.

O critério que distingue fundamentalmente a ciência especulativamente prática e a ciência praticamente prática é o modo de conhecer, ou modo de proceder. Esses dois tipos de ciência possuem o mesmo fim, que é o conhecimento em vista da ação, e o mesmo objeto, que é um objeto operável.

A ciência especulativamente prática tem um modo de conhecer especulativo. Esse modo de conhecer é teórico e explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental e quanto à estrutura das noções. Ele examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível. Ele forma um sistema científico. Ele é ordenado ao conhecer como fundamento do dirigir, e dirige a ação desde longe. A verdade visada não implica regulação pelo reto apetite e nem moção afetiva. Por isso, pode ocorrer que exista um filósofo moral que seja desprovido de virtude moral. A filosofia moral de Aristóteles é um exemplo de ciência especulativamente prática. A Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino também é um exemplo dessa ciência. Pode-se dizer ainda que a filosofia moral procede de modo prático quanto ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar.

A ciência praticamente prática tem um modo de conhecer prático, que é contrário ao modo de conhecer especulativo. O modo prático também é chamado de modo compositivo. O modo prático prepara para a ação todas as explicações, princípios, razões de ser e regras. Ele pressupõe o reto apetite e a experiência, como a prudência. Ele é ordenado ao dirigir, baseado no conhecer, e dirige a ação desde perto. Esse tipo de ciência é a ciência moral que o seu praticante tem, e não a ciência moral que o filósofo formula. Exemplos de autores que apresentam esse tipo de ciência moral são Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, Confúcio e João da Cruz.

A distinção entre a ciência especulativamente prática e a ciência praticamente prática pode ser vista também em um sentido histórico: assim como a ciência física experimental e a filosofia da natureza foram distinguindo-se cada vez mais no curso da história, assim também a filosofia moral (especulativamente prática) e as ciências praticamente práticas foram diferenciando-se historicamente.

Em *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, coloca-se a seguinte questão: a postulação da filosofia moral adequadamente considerada não implica uma rejeição completa de toda ética puramente natural? Não. Uma moralidade natural existe e o seu papel é fundamental, como se evidencia pela teoria das virtudes naturais formulada por Aristóteles, por exemplo. Entretanto, essa moralidade natural não existe separadamente nem é viável

separadamente, mas existe apenas como parte da ciência moral integral, isto é, da ciência moral que leva em consideração tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Se tomada separadamente, a moralidade natural existe apenas como uma coleção de verdades que é incompleta e fragmentária.

Faltam duas coisas à ética puramente natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. No entanto, a ética puramente natural, como a ética de Aristóteles, por exemplo, não realiza plenamente o conceito puro ou exato que uma ética puramente natural deveria ter. Esse conceito puro ou exato requer que a ética estude a conduta do homem que está no estado de natureza pura. Como o homem nunca existiu realmente em tal estado de natureza pura, segue-se que nem mesmo a ética de Aristóteles realiza plenamente o conceito puro ou exato da ética puramente natural.

Existe um conhecimento especulativo da natureza humana, que estuda a essência do ser humano, e esse conhecimento é adequado, porque essa essência permanece inalterada através dos diversos estados pelos quais ela passa (como o estado de natureza decaída e o de natureza redimida). No entanto, não existe um conhecimento prático da conduta humana, que estuda a conduta do homem que está no estado de natureza pura, porque este estado nunca existiu. Uma ética só é adequada, se ela considera o homem tanto em sua essência quanto em seu estado concreto, isto é, em suas condições existenciais. É preciso que ela considere tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Todos os grandes sistemas éticos que ignoram os caminhos da graça, ainda que sejam ricos em verdades parciais, como a ética de Aristóteles, são deficientes.

A ética de Aristóteles contém muitas verdades práticas, mas elas derivam da mera consideração da natureza humana em sua essência. Tais verdades são alcançadas por meio da abstração do estado concreto e das condições existenciais do homem. Por isso, tal ética pode ser chamada de filosofia prática inadequadamente considerada. Assim, esta ética é usada como uma parte abstratamente isolada dentro da ética completa, que leva em consideração tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. No comentário que Tomás de Aquino escreveu sobre a ética de Aristóteles, Tomás de Aquino considera essa ética no sentido de uma filosofia prática inadequadamente considerada. Não podemos considerar os comentários de Tomás de Aquino sobre a ética e a política de Aristóteles como um sistema moral cristão ou como uma formulação adequada e acabada de ciência moral (eles são uma preparação para ela). Seria igualmente errôneo ver neles uma simples exegese da ética aristotélica (eles são uma exegese de Aristóteles, mas em uma perspectiva mais elevada).

No período barroco da Escolástica, a filosofia moral foi colocada em uma posição embaraçosa. Os melhores autores da época entenderam a necessidade de uma filosofia moral distinta da teologia. Entretanto, em vez de postularem uma filosofia moral subalternada à teologia, como uma filosofia moral adequadamente considerada, o que seria o correto a

fazer, eles pretenderam ensinar uma filosofia moral puramente filosófica. Mas o que eles pretenderam ensinar assim foi uma fragmentação da Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, subdividida em duas partes. Para isso, eles cortaram e encobriram o seu nervo vital, que são a fé e os dados revelados, como se tal ensino pertencesse ao plano da natureza pura, e como se tal ordem ou método de ensino fosse filosófico e não teológico. Com isso, eles criaram um monstro epistemológico.

Em *Ciência e sabedoria*, coloca-se a seguinte questão: nas circunstâncias reais do homem, pode uma moralidade puramente filosófica formar uma verdadeira ciência prática? Não. Tal ciência moral apenas prescreveria alguns atos bons, baseando-se no direito natural, o que não é suficiente. Tal ciência prática não seria realmente prática; ela seria ilusória.

Se um homem tomasse uma tal ciência moral puramente filosófica como um guia para a sua vida, ele certamente seria desencaminhado. As omissões a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural, omissões que se encontram nessa filosofia moral puramente filosófica, falsificariam a direção da vida humana. Uma filosofia moral que ignore as condições reais da existência humana e certos princípios dos quais ela depende, como a graça divina, é incompleta e incapaz de dirigir a vida humana de modo apropriado.

A ética natural existe realmente, contém verdades preciosas e fornece ao teólogo instrumentos nocionais indispensáveis. Ela é um começo ou esboço de ciência, que contém materiais preparativos para uma ciência estrita e formal que não ignora o verdadeiro fim último do homem e as condições reais de sua existência.

Para que possa construir uma filosofia moral puramente filosófica, o filósofo tem de se basear na experiência concreta dos homens reais, que não estão em um estado de natureza pura. Se ele considerar devidamente tal experiência, algo mais do que aquilo que é puramente natural entrará em sua filosofia, mas isso ocorrerá de maneira obscura e implícita, porque ele não consegue discernir isso. E então, se ele conceptualizar e sistematizar tudo em uma estrutura de pura razão, contando apenas com a ajuda da filosofia, ele acabará construindo uma falsa moralidade. A ética de Aristóteles não é tão falsa assim, porque não é tão sistemática, mas se apresenta mais como uma série de esboços e figuras parciais. A ética criada pelos grandes moralistas da antiguidade pagã ou pelos não-cristãos de hoje não é puramente natural.

CONCLUSÃO

A primeira questão que eu propus na Introdução deste capítulo é se, para Jacques Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma ciência prática ou uma ciência especulativa. Sobre isso, a posição de Maritain é a seguinte. A ética de Aristóteles e a Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino são consideradas como pertencentes ao tipo da ciência especulativamente prática, com um fim que é o conhecimento em vista da ação, com um objeto operável, e com um modo de conhecer que é especulativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental. A ética de escritores moralistas como Montaigne, Pascal e Confúcio e a doutrina de João da Cruz são consideradas como pertencentes ao tipo da ciência praticamente prática, com um fim que é o conhecimento em vista da ação, com um objeto operável, e com um modo de conhecer que é prático (compositivo). A ciência moral de Tomás de Aquino e a de João da Cruz são exemplos de teologia moral, ao passo que a ética de Aristóteles e a de escritores moralistas como Montaigne, Pascal e Confúcio são exemplos de filosofia moral natural, que na verdade não é puramente natural. O "monstro epistemológico", que é um tipo de ética filosófica que teria sido criada pelos melhores autores da época barroca da Escolástica, pode ser encontrado em João de Santo Tomás (1589-1644), como veremos logo a seguir.

Em todos os textos de Maritain sobre a filosofia moral de Aristóteles, Maritain põe em dúvida o caráter prático dessa filosofia moral, como se estivesse se recusando a conceder que ela é uma ciência prática. Como observa Richard Geraghty em sua tese doutoral[30] sobre o caráter prático do *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*, a única razão que explica essa dúvida e essa recusa é que Maritain pretende seguir a opinião de João de Santo Tomás, um dominicano tomista português que afirma o seguinte[31]. A ciência moral pode ser considerada de dois modos: de um modo, como prática, enquanto inclui a prudência, e, de outro modo, como especulativa, enquanto exclui a prudência. Como prática, ela usa o princípio prático: "o bem deve ser feito", de modo prático, e procede movendo e compondo. Como especulativa, ela usa princípios especulativos, de modo especulativo, procede resolvendo e definindo, e conhece a natureza das virtudes e da prudência na razão do verdadeiro, como se dá, por exemplo, na *Prima Secundae* da *Suma de Teologia* e nos livros éticos. Assim, não há "ciência prática", isto é, não há ciência que use simultaneamente princípios e modos especulativos e práticos. Por isso, pode dar-se que alguém tenha a ciência moral enquanto especulativa, mas não tenha a prudência.

Maritain, entretanto, tende a propor que a *Ética a Nicômaco* identifica-se apenas com a ciência moral especulativa, mas não com a ciência moral prática, isto é, com a prudência. No entanto, para Tomás de Aquino, é correto identificar a *Ética a Nicômaco*

30 GERAGHTY, Richard. *The object of moral philosophy according to St. Thomas Aquinas.* Dissertação (Doutorado em Filosofia), University of Toronto, Toronto, 1980, pp. 191-192.

31 JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Sobre la naturaleza de la* lógica. Introducción de Mauricio Beuchot, traducción de Gabriel Ferrer. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994, q. 1, a. 4, ad 3.

com a prudência, mas não com uma filosofia moral especulativa, da qual Tomás de Aquino nunca falou e a qual seria uma parte da ciência natural, isto é, da física. Nos capítulos anteriores, foram examinadas a tese de João de Santo Tomás e a tese do predecessor e provável inspirador de João, Juan Sánchez Sedeño, que pergunta se as ciências morais são práticas ou especulativas.

A segunda questão que eu propus na Introdução deste capítulo é se, para Jacques Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma filosofia moral adequada ou inadequada. Sobre isso, a posição de Maritain é a seguinte. Faltam duas coisas à ética natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. A ética natural pretende considerar apenas a essência do homem, a sua pura natureza, mas não a sua existência ou estado concreto, que é o de uma natureza decaída e redimida. Por isso, a ética natural pode ser chamada de filosofia prática inadequadamente considerada. Essa ciência prática não é realmente prática, mas é ilusória. As omissões dessa ciência a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural falsificam a direção da vida humana. A ética de Aristóteles não é tão falsa assim, porque não é tão sistemática, mas fornece instrumentos nocionais indispensáveis ao teólogo. A ética natural dos grandes moralistas da antiguidade pagã e dos não-cristãos de hoje não é puramente natural.

Quanto à posição de Tomás de Aquino sobre essa questão, concluirei citando a conclusão do teólogo dominicano William Wallace, que afirma estar em consonância com as conclusões de outros teólogos dominicanos, como Thomas Deman e Santiago Ramírez, que também discutiram essa questão com referência à proposta de Jacques Maritain. A partir do nível sapiencial, mais elevado, da teologia moral, deve-se rejeitar a proposição de que a ética natural é "falsa", quando esta ética natural é considerada à luz das duas verdades reveladas. Quanto à verdade de fé segundo a qual o homem existe em um estado de natureza decaída, isso não afeta de modo algum a validade da análise do filósofo. Na verdade, a matéria de fato que é considerada pelo filósofo é o homem neste estado de natureza decaída, mas o filósofo, enquanto mero filósofo, não tem como conhecê-lo assim, e, portanto, não pode falar de natureza "pura", ou natureza "decaída", ou natureza "integral", mas só da natureza humana que ele encontra na realidade existencial. O teólogo moral, por outro lado, pode fazer todas essas precisões à luz da verdade revelada. As mesmas considerações também se aplicam à verdade de fé segundo a qual o fim último do homem não é Deus como o Autor da natureza, mas Deus como é em si mesmo, a ser alcançado sobrenaturalmente na visão beatífica. O filósofo moral, pelas limitações intrínsecas de sua ciência, só pode falar de Deus como a fonte da felicidade natural, e ele dirige o homem a esse fim. O teólogo moral, no entanto, a partir de sua fonte de conhecimento vastamente superior, sabe que o Deus que é a fonte da felicidade natural, na consideração do filósofo moral, é o mesmo Deus que será alcançado na visão beatífica, assim como o Deus uno da teologia natural é o mesmo que o Deus triuno da sagrada teologia. Esse conhecimento

adicional do teólogo mostra que a ignorância da verdade revelada não falsifica a direção dada pelo filósofo moral à ação humana. O filósofo moral dirige a ação humana ao fim próprio dela, apesar do fato de que ele não conhece aquele fim do mesmo modo como ele é cognoscível ao teólogo moral. O conhecimento do filósofo moral não é tão perfeito quanto o do teólogo moral, mas o que ele sabe é verdadeiro e adequado para construir uma válida ciência humana que governe a ação do homem[32].

Seria pertinente, para concluirmos, observar que debate-se hoje como Tomás de Aquino concebe a existência da virtude pagã[33].

32 WALLACE, William. *The role of demonstration in moral theology*. Washington, D.C.: The Thomist Press, 1962, pp. 159-160: "Seen now from the higher, sapiential level of moral theology, the so-called falsification of natural ethics in the light of revealed truths is likewise to be rejected. As to the first truth of divine faith, namely, that man exists in a state of fallen nature, this is no way affects the validity of the philosopher's analysis. In fact, the de facto subject of his consideration is man in this state of fallen nature, although he has no way of knowing that precisely as such, and therefore cannot speak of "pure" nature, or "fallen" nature, or "integral" nature, but only of the human nature that he finds in existential reality. [...] The same considerations also apply to the second revealed truth, namely, that man's ultimate end is not God as the Author of nature, but rather God as He is in Himself, to be attained supernaturally in the beatific vision. Again the moral philosopher, by the intrinsic limitations of his science, can only speak of God as the source of natural beatitude, and he directs man towards that end. The moral theologian, however, from his vastly superior source of knowledge, knows that the God who is the source of natural beatitude, in the moral philosopher's consideration, is the same God who will be attained in the beatific vision, just as the one God of natural theology is the same as the triune God of sacred theology. Here too, this added knowledge throws new light on the difficulty of moral philosophy, but it also shows that the ignorance of revealed truth does not falsify the direction given by the moral philosopher to human action. He directs it to its proper goal, despite the fact that he does not know that goal as such, in the way in which it is knowable to the moral theologian. [...] and thus his knowledge is not as perfect as that of the moral theologian; but what he does know is true nonetheless, and adequate to construct a valid human science governing man's action."
33 Ver KNOBEL, Angela McKay. *Aquinas and the infused moral virtues*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2021; e DECOSIMO, David. *Ethics as a work of charity: Thomas Aquinas and pagan virtue*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

DECOSIMO, David. *Ethics as a work of charity: Thomas Aquinas and pagan virtue*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

GERAGHTY, Richard. *The object of moral philosophy according to St. Thomas Aquinas*. Dissertação (Doutorado em Filosofia), University of Toronto, Toronto, 1980.

JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Sobre la naturaleza de la* lógica. Introducción de Mauricio Beuchot, traducción de Gabriel Ferrer. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Teoría aristotélica de la ciencia*. Introducción y traducción de Mauricio Beuchot. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

KNOBEL, Angela McKay. *Aquinas and the infused moral virtues*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2021.

MARITAIN, Jacques. *A filosofia moral: Exame histórico e crítico dos grandes sistemas*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

MARITAIN, Jacques. *An essay on Christian philosophy*. Translated by Edward H. Flannery. New York: Philosophical Library, 1955.

MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.

MARITAIN, Jacques. *Science and wisdom*. Translated by Bernard Wall. London: Geoffrey Bles, 1940.

PALACIOS, Leopoldo Eulogio. *Filosofía del saber*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

PALACIOS, Leopoldo Eulogio. Juan de Santo Tomás y la ciencia moral. *Revista de Estudios Políticos*, 18, 1944, pp. 557-570.

SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *La relación (1600).* Introdução, tradução e notas de Juan Cruz Cruz. Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *Qvaestiones Ad Vniversam Aristotelis Logicam, 1616*. Disponível em: https://bit.ly/2W966Td. Acesso em: 06 ago. 2024.

TOMÁS DE AQUINO. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*. Tradução e introdução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Metaphysics*. Translation and introduction by John P. Rowan, preface by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1995.

TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Translated by C. I. Litzinger, foreword by Ralph McInerny. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1993.

TOMÁS DE AQUINO. *Corpus Thomisticum. S. Thomae de Aquino. Opera Omnia*. Disponível em: <http://www.corpusthomisticum.org/iopera.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma de Teologia*. Coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

WALLACE, William. *The role of demonstration in moral theology*. Washington, D.C.: The Thomist Press, 1962.

SOBRE O AUTOR

ANDRÉ RICARDO RANDAZZO GOMES: É mestre em Filosofia e bacharel em Relações Internacionais. Dedica-se a estudar Tomás de Aquino e os tomistas. É autor de vários artigos acadêmicos e algumas traduções.

Neste livro, procura-se estudar o que Tomás de Aquino quer dizer ao afirmar que a filosofia moral, ou a *Ética a Nicômaco*, é uma ciência prática. Para fazer isso, o autor crê ser necessário examinar não só os textos pertinentes de Tomás de Aquino, mas também os textos pertinentes de três de seus seguidores, que são João de Santo Tomás, Juan Sánchez Sedeño e Jacques Maritain. Espera-se que este livro seja útil aos que desejam entender melhor Tomás de Aquino e alguns de seus intérpretes.

Ano 2024

Neste livro, procura-se estudar o que Tomás de Aquino quer dizer ao afirmar que a filosofia moral, ou a *Ética a Nicômaco*, é uma ciência prática. Para fazer isso, o autor crê ser necessário examinar não só os textos pertinentes de Tomás de Aquino, mas também os textos pertinentes de três de seus seguidores, que são João de Santo Tomás, Juan Sánchez Sedeño e Jacques Maritain. Espera-se que este livro seja útil aos que desejam entender melhor Tomás de Aquino e alguns de seus intérpretes.

Ano 2024